

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E  
CRIATIVIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isadora Regina Celso Barbosa

REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES CRISTÃS-NOVAS  
NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY (1978-  
2007)

Passo Fundo  
2022

Isadora Regina Celso Barbosa

REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES CRISTÃS-NOVAS  
NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY (1978-  
2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciência, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ironita Adenir Policarpo Machado.

Passo Fundo  
2022

Isadora Regina Celso Barbosa

REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA HISTORIOGRAFIA DE  
ANITA NOVINSKY (1978 – 2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ironita Adenir Policarpo Machado.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Rosa Gritti (UFFS)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gizele Zanotto (UPF)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ironita Adenir Policarpo Machado  
(UPF)



CIP – Catalogação na Publicação

---

B238r Barbosa, Isadora Regina Celso  
Representações das mulheres cristãs-novas na  
historiografia de Anita Novinsky (1978-2007) / Isadora  
Regina Celso Barbosa. – 2022.  
76 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Ironita Adenir Policarpo Machado.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2022.

1. Novinsky, Anita Waingort, 1922-2021. 2. Mulheres.  
3. Cristianismo. 4. Inquisição - Brasil. I. Machado, Ironita  
Adenir Policarpo, orientadora. II. Título.

CDU: 981

---

Catálogo: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, minha mãe Mercedes Celso, meu pai Nereu Barbosa e minha dinda Delsir Celso. São pessoas que nunca mediram esforços pra me ajudar em todas as etapas da minha vida. Mesmo com a distância, com as dificuldades financeiras e com a saudade, eles sempre zelaram pelo meu bem-estar, apoiando minhas escolhas e meus caminhos a seguir. Meus familiares de Passo Fundo também entram nesse agradecimento, pois sem o acolhimento deles eu não estaria onde estou.

Minha mãe, agora professora de História aposentada, sempre foi minha maior inspiração, e eu dedico este trabalho a ela, por sempre ter sido tão paciente e nunca ter desistido de mim, mesmo quando eu já havia.

Agradeço as minhas amigas e amigos de longa data, de perto e de longe, por estarem sempre ao meu lado e compreendendo meus momentos de ausência e tensão. Esse apoio, sem dúvida, fez toda a diferença para o “fazer” deste trabalho.

Agradeço ao Guilherme Vieira, meu amigo, companheiro e namorado, por ser minha âncora e meu Norte em todos os momentos de angústia e por comemorar comigo com tanta felicidade as conquistas diárias.

Agradeço às professoras, principalmente as de História e as Diretoras e Diretores que passaram por mim na Escola Estadual de Ensino Médio Bandeirante, onde pude construir quem sou durante muitos anos de estudo e vivências.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às professoras e aos professores do curso de Licenciatura em História da Universidade de Passo Fundo e do Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade, todas e todos foram essenciais para minha formação enquanto educadora e ser humano. A minha orientadora Prof. Dra. Ironita Policarpo Machado, eu dedico todo meu carinho e admiração. Obrigada por ser tão paciente e compreensiva, sem ti, eu não conseguiria.

## RESUMO

O século XVI vivenciou o surgimento do Antigo Sistema Colonial, o surgimento dos Estados Modernos, a ascensão artística e as reformas religiosas e, também, a emergência Inquisições Ibéricas e o horror das perseguições. Por meio de denúncias e forjando heresias, a Santa Inquisição teve como principal alvo os cristãos-novos e, com isso, o Tribunal do Santo Ofício restringiu liberdades individuais. A fé católica transformou a Inquisição numa das principais instituições que mantinha o Antigo Regime, dando poder absoluto ao clero e a nobreza sobre a sociedade. Esse processo também atingiu o Novo Mundo e teve reflexos sobre os aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos e sociais do Brasil Colônia. Tendo os judeus convertidos ao cristianismo na Península Ibérica como inimigos durante os séculos XIV e XV, uma parcela desses indivíduos fugiram das perseguições religiosas para a América e se estabeleceram no Brasil. Dentro desse contexto histórico, a presente temática de estudo é a produção historiográfica das obras de Anita Novinsky, tendo como recorte, entre as diversas questões representadas na obra da autora, as cristãs-novas, que foram presas e perseguidas pela Inquisição no Brasil entre os séculos XVI ao XIX, presente na narrativa das quatro obras de Anita Novinsky *Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil –séc. XVIII* (1978), *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992), *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)* (2002), e *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007), os quais são fonte de estudo do presente trabalho. O que colocamos como problema de investigação é a construção narrativa historiográfica de Novinsky, e nela a representação do lugar sociocultural das mulheres europeias cristãs-novas; que configuram uma identidade social, histórica e cultural, isso, dará possibilidade de identificarmos o desenho identitário contextualizando a autora e obras no campo historiográfico brasileiro, bem como sua contribuição à pesquisa e ao conhecimento histórico. Utilizaremos como método, para viabilizar a reflexão sobre os princípios da ciência histórica, a matriz disciplinar da história, proposta por Rüsen, que corresponde à inter-relação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. De acordo com esse pressuposto, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo contextualizamos a autora e sua obra historiográfica no campo historiográfico brasileiro, bem como sua contribuição à pesquisa e ao conhecimento, ou seja, detivemo-nos no levantamento dos dados biográficos da autora, de suas motivações historiográficas e suas questões colocadas ao passado. O segundo

capítulo objetiva analisar e apresentar as obras; as narrativas, protagonistas e contextos abordados. E, por último, no terceiro capítulo centramo-nos na justaposição e comparação relacional dos dados, apresentados e analisados no segundo capítulo, entre as quatro obras dos elementos constitutivos narrados e identificados individualmente, sobre os quais analisamos as representações e formas narrativas elaboradas sobre as mulheres judias, orientada por variáveis que se constituíram das perguntas formuladas para a investigação.

Palavras-chave: Anita Novinsky; cristãs-novas; identidades; Inquisição; representação.

## ABSTRACT

The 16th century witnessed the emergence of the Old Colonial System, the rise of the Modern States, the artistic rise and religious reforms. However, despite all these “beauties”, this century saw the birth of the Iberian Inquisitions and the horror of the persecutions. Through denunciations and forging heresies, the Holy Inquisition had as its main target the New Christians and, with that, the Court of the Holy Office restricted individual liberties. The Catholic faith made the Inquisition one of the main institutions that maintained the Ancien Régime, giving absolute power to the clergy and the nobility over society. This process also reached the New World and had an impact on the political, cultural, religious, economic and social aspects of Brazil Colony. Having Jews converted to Christianity in the Iberian Peninsula as enemies during the 14th and 15th centuries, a portion of these individuals fled religious persecution to America and settled in Brazil. Within this historical context, the present theme of study is the historiographical production of Anita Novinsky's works, having as a cutout, among the various issues represented in the author's work, the New Christians, who were arrested and persecuted by the Inquisition in Brazil among the XVI to XIX centuries, present in the narrative of the following works of Anita Novinsky: *Inquisition-Inventories of Confiscated Goods to New Christians in Brazil – century. XVIII* (1978), *Inquisition – Rol dos Culpados* (1992), *Inquisition – Prisoners of Brazil (XVI- XIX)* (2002), and *Office of Investigation: an unprecedented “hunt for Jews* (2007), which are the source of study of this work. What we pose as a research problem are the historiographical narrative constructions of Novinsky, the sociocultural place of Christian- New European women, in the narrative about the past that give them representations that configure a social, historical and cultural identity, which will allow us to identify the identity design contextualizing the author and works in the Brazilian historiographical field, as well as her contribution to research and historical knowledge. We will use the disciplinary matrix of history as a method to enable reflection on the principles of historical science, proposed by Rüsen, which corresponds to the systematic interrelation of five factors, necessary, each for itself, and sufficient, as a whole, to organize historical knowledge as a cognitive process and, in the case of this research, for historiographical analysis. According to this assumption, the dissertation is structured in three chapters. In the first chapter, we contextualize the author and her historiographical work in the Brazilian historiographical field, as well as her contribution to research and knowledge, that is, we focused on surveying the author's biographical data, her historiographical motivations



and her questions posed to the past. The second chapter aims to analyze and present the works; the narratives, protagonists and contexts covered. And, finally, in the third chapter we focus on the juxtaposition and relational comparison of the data, presented and analyzed in the second chapter, between the four works of the constituent elements narrated and identified individually, on which we analyze the representations and narrative forms elaborated on the Jewish women, guided by variables that constituted the questions formulated for the investigation.

Keywords: Anita Novinsky; identities; Inquisition; , new Christians; representation.

## LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 1 – Distribuição Profissional dos Inventariados .....	41
Quadro 2 – Local de nascimento .....	41
Quadro 3 – Local de Moradia.....	42
Quadro 4 – Localidades .....	44
Quadro 5 – Origem das Mulheres .....	45
Quadro 6 – Informações características das cristãs-novas .....	47
Quadro 7 – País de origem das cristãs-novas .....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

USP	Universidade de São Paulo
LEI	Laboratório de Estudos sobre a Intolerância
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
I CONTEXTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA AUTORA E SUAS OBRAS .....	17
1.1 O percurso historiográfico de Anita Waingort Novinsky .....	17
1.2 O contexto social e teórico das obras .....	24
II A OBRA: TEORIA E METODOLOGIA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE ANITA NOVINSKY .....	29
2.1 A obra.....	29
2.1.1 Uma história de intolerância narrada na historiografia de Anita Novinsky .....	31
2.1.2 A Inquisição na Península Ibérica .....	33
2.1.3 A Inquisição na Colônia brasileira .....	36
2.1.4 <i>Inquisição</i> : inventários de bens confiscados a cristãos novos.....	39
2.1.5 <i>Inquisição</i> : rol de culpados.....	43
2.1.6 <i>Inquisição</i> : prisioneiros do Brasil.....	46
2.1.7 <i>Gabinete de investigação</i> : uma caça aos judeus sem precedentes .....	49
2.2 Mulheres na história: das “margens” a sujeito de análise .....	52
III AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY .....	57
3.1 Cultura, identidade e representação dos sujeitos.....	57
3.2 Representação da mulher nos estudos inquisitoriais.....	63
CONCLUSÃO .....	68
FONTES.....	71
REFERÊNCIAS.....	72

## INTRODUÇÃO

Os traços definidores do indivíduo contemporâneo são comumente associados à Época moderna, uma vez que a América se desvendou a partir do olhar europeu. No coração do feudalismo à ascensão do capitalismo, as relações sociais e econômicas foram sendo embasadas da maneira que conhecemos no século XXI. O misterioso e belo século XVI, conforme definido por Jean Delumeau (1984), vivenciou o surgimento do Antigo Sistema Colonial, o surgimento dos Estados Modernos, a ascensão artística e as reformas religiosas. Todavia, apesar de todas essas “belezas”, esse século viu o nascimento das Inquisições Ibéricas e o horror das perseguições. Por meio de denúncias e forjando heresias, a Santa Inquisição teve como principal alvo os cristãos-novos e, com isso, o Tribunal do Santo Ofício restringiu liberdades individuais. A fé católica transformou a Inquisição numa das principais instituições que mantinha o Antigo Regime, dando poder absoluto ao clero e a nobreza sobre a sociedade.

Esse processo também atingiu o Novo Mundo e teve reflexos sobre os aspectos políticos, culturais, religiosos, econômicos e sociais do Brasil Colônia. Sendo os judeus convertidos ao cristianismo na Península Ibérica considerados inimigos durante os séculos XIV e XV, uma parcela destes indivíduos fugiram das perseguições religiosas para a América e se estabeleceram no Brasil. Todavia, diferentemente dos conhecidos tribunais medievais, o instituído em Portugal foi introduzido exclusivamente para investigar e punir os descendentes de judeus que foram convertidos à força ao catolicismo e que estavam sob suspeita de praticar o judaísmo. Sua ampliação foi rápida ao longo dos anos, não demorou a abarcar diversos outros tipos de acusações, tal quais: feitiçaria, sodomia, homossexualidade, bigamia e blasfêmia (NOVINSKY, 2009, p. 17). Os relatos dos primeiros viajantes permeavam o imaginário popular, “via-se então o que, a priori, tinha-se concebido mentalmente ou, então, via-se o que se ouvira dizer” (SOUZA, 1987, p. 7), isso contribuiu, principalmente, para a criação de narrativas que subsidiassem as representações sobre as mulheres no período.

Essas representações, como são apresentadas na contemporaneidade, derivam de mudanças epistemológicas e da prática científica ao longo do século XX, tratando de conceitos básicos como realidade, subjetividade e verdade. O mundo, tal qual ele é, “não é aquilo que a ciência verifica, mas a imagem em perpétua mutação, que a ciência nos oferece no momento de sua verificação pelo pesquisador” (FALCON, 2000, p. 95), ou seja, a representação é uma abstração construída pelo pesquisador, sua

correspondência com o real, se é que há “real”, somente é possível devido às mediações historiográficas de cada autor. Em seu livro *A Escrita da História*, Michel de Certeau indaga: “o que fabrica o historiador quando “faz História”? Para quem trabalha? Que produz? O que é esta profissão?” (2001, p. 65), fazendo o leitor refletir sobre a sociedade em que vive e como ele relaciona seu conhecimento com o passado proporcionando, também, uma reflexão sobre a prática historiográfica. Segundo Rüsen (2001), a função da teoria da história nunca está à parte da prática do historiador e nem meramente é baseada nela, mas a teoria demonstra como a prática historiográfica faz parte de uma totalidade. Com essa reflexão, ele descreve o momento da “crise epistemológica”, a qual levou a busca científica por aquilo que seria um caráter comum na história denominado tecnicamente por ele como matriz curricular. Por isso que Rüsen ressalta como é necessário o historiador vivenciar o cotidiano como uma forma de compreender melhor as ações dos sujeitos históricos, ressaltando a importância de uma constante reflexão na prática historiográfica,

Pois se são carências de orientação no tempo que provocam o pensamento histórico e lhe conferem uma função relevante na vida, então a história como ciência e sua pretensão de racionalidade não podem ser explicadas e fundamentadas sem se levar em conta essa função. (RÜSEN, 2001, p. 34).

A narrativa, portanto, é parte do próprio processo de produção do pensamento histórico, que se estende para além do científico (RÜSEN, 2001). A produção historiográfica vislumbra a relação entre o lugar social em que está inserido o pesquisador e os interesses que ele apresenta na hora da escrita, bem como os procedimentos analíticos escolhidos, uma vez que a subjetividade está presente em toda narrativa científica. Nesse contexto historiográfico, Anita Waingort Novinsky, a qual foi graduada em Filosofia, mestre em Psicologia, doutora em História Social e livre-docente em História e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), é considerada especialista em Inquisição e cristãos-novos no Brasil. Sua formação foi marcada pela historiografia francesa baseada na História Cultural. A produção escolhida para análise desse projeto foi fruto de mais de 10 anos de trabalho da autora, sendo boa parte desse tempo dedicado aos documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal. Em sua tarefa historiográfica e epistemológica, ela “fez história” catalogando e revisando bibliograficamente as diversas fontes sobre o elemento cristão-novo no Brasil, trazendo para o debate a dificuldade em analisar a veracidade dos processos, uma vez que as escolhas das palavras para narrar e criar o discurso, que culpe pessoas por esses feitos, são escolhidas para gerar autenticidade e para fazer o relato ser explicativo tanto para o autor como para o leitor do período.

Com isso, a autora assume a posição do que Francisco Falcon define como “conciliar

narrativa e realidade histórica, isto é, a representação” (2000, p. 69). A materialização da experiência humana que Novinsky propõe ao leitor é o que a diferencia e torna tão importante seus estudos que abarcam as representações das mulheres convertidas, pois ela propõe novas escalas de análise, capazes de integrar o social e o histórico aos atores individuais. Analisando a questão social, Novinsky disserta sobre a imposição religiosa, que torna necessário observar as questões da intolerância e da dominação, até porque a discriminação entre o cristão-velho e o cristão-novo na Espanha e em Portugal eram critérios para diversos campos da vida social (CARNEIRO, 2005). Esse fenômeno ocorria pela percepção de que apesar de os judeus terem se convertido para fugir da morte, eles nunca deixaram de ter o sangue “sujo” e “impuro”.

As mulheres raramente tiveram participação ativa na história, ainda mais se tratando da coroa portuguesa. Dialogando com Gilberto Freyre (1950), não há como negar a essência do patriarcalismo no Brasil Colônia. Todavia, o processo inquisitorial foi um dos períodos históricos que mais registraram documentos sobre a voz feminina, embora distorcida. Carlo Ginzburg (1989) diz que o desequilíbrio entre réu e inquisidor era projetado conforme o processo era conduzido. Os documentos inquisitórios, portanto, dão visões sobre a religião, mas também sobre o universo comportamental e mental dos sujeitos.

A temática de estudo é a produção historiográfica das obras de Anita Novinsky, tendo como recorte, entre as diversas questões representadas na obra da autora, as cristãs-novas, que foram presas e perseguidas pela Inquisição no Brasil entre os séculos XVI ao XIX, presente na narrativa das quatro obras de Anita Novinsky: *Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978), *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992), *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)* (2002), e *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007),<sup>1</sup> os quais são fonte de estudo do presente trabalho. O que colocamos como problema de investigação são as construções narrativas historiográficas de Novinsky, o lugar sociocultural das mulheres europeias cristãs-novas, na narrativa sobre o passado que lhes dão representações que configuram uma identidade social, histórica e cultural, possibilitando-nos identificar o desenho identitário, contextualizando a autora e obras no campo historiográfico brasileiro, bem como sua contribuição à pesquisa e ao conhecimento histórico.

O conceito de historiografia tratado na presente pesquisa remete ao resultado final do ofício do historiador, mas pode, também, ser compreendido como um conjunto de obras produzidas por historiadores ao longo do tempo, ou seja, o conhecimento histórico que obedeceu

---

<sup>1</sup> A data dos livros pode aparecer, em algumas partes do texto, com a data diferente da que se refere à publicação dos mesmos, pois a edição utilizada para pesquisa pode ser mais recente.

a regras metodológicas e de cognição da história pretendendo a cientificidade (RÜSEN, 1995). A produção historiográfica, portanto, é um conceito que define a produção de conhecimento dentro da história.

Utilizaremos como método, para viabilizar a reflexão sobre os princípios da ciência histórica, a matriz disciplinar da história (RÜSEN, 1987, p. 15), que corresponde à inter-relação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. Como perspectiva orientadora e reflexiva, tanto da pesquisa quanto da interpretação historiográfica, essa matriz disciplinar da história representa um modelo analítico estrutural no qual os cinco fatores estão inter-relacionados. Como diz Rösen,

[...] interesses de conhecimento são traduzidos em perspectivas sobre o passado, que por sua vez fundamentam os princípios metódicos da pesquisa; o saber histórico obtido através da pesquisa poderá assim, uma vez formulado pela historiografia (isto é, endereçado a pessoas interessadas), desempenhar funções práticas de orientação (sobretudo na formação de identidade histórica) (1987, p. 16).

Os procedimentos que adotaremos para a identificação e análise dos cinco fatores da matriz disciplinar da história, nas quatro obras, podem ser sintetizados em três momentos: no primeiro, detivemo-nos no levantamento dos dados biográficos da autora, de suas motivações historiográficas; no segundo, localizamos as obras em seu tempo histórico e no contexto em que foram produzidas, objetivando compreender e analisar a produção historiográfica da autora Anita Novinsky, bem como sua metodologia de pesquisa; por fim, no terceiro momento, centra-se na justaposição e comparação relacional dos dados explicitados em cada livro através de um registro da quatro obras e dos elementos identificados individualmente, sobre os quais se aplica a problemática, orientada por variáveis que se constituíram das perguntas formuladas para a investigação. (RÜSEN, 1987, p. 17) Ou seja, identificar os elementos que compõem a produção historiográfica acerca das representações, identidade das mulheres judias e a didática da história.

Precisa-se, tendo em vista os procedimentos metodológicos por meio da análise dos fatores da matriz disciplinar da história de Rösen, explicitar as estratégias de trabalho que utilizaremos, qual seja a estratégia dialética, que se baseia no método de abordagem da pesquisa e análise a partir da discussão e argumentação, visando interpretar alguns fenômenos sociais através suas leis e categorias de análise (HEGEL, 2007, p. 41), aqui especificamente trata de convergência entre a perspectiva interpretativa da análise e da hermenêutica. Consideramos que a estratégia analítica possibilita buscar os condicionamentos de opções circunstanciais e relações estruturais e culturais (RÜSEN, 1987, p. 19), viabilizando que seja trabalhado, por



exemplo, as categorias sociedade moderna europeia e a inquisição, mas, também, os conceitos como representação e identidade (mulheres e lugares socioculturais); historiografia (formas de representação do passado/formas narrativas, lugar social do historiador).

A outra possibilidade interpretativa, não contraditória, mas de orientação diferenciada, é a estratégia hermenêutica (RÜSEN, 1987, p. 19-20), que nos possibilitará buscar informações das fontes capazes de elucidar os sentidos, as significações e as experiências subjetivas, viabilizando o trabalho com a categoria vida (sentido atribuído ao passado na narrativa, significação da narrativa no presente, valor simbólico das obras) e conceitos como identidade (identidade como processo de identificação/diversidade de elementos - “fatos” - identificatórios que a narrativa histórica traz); simbólico (signo - livro/narrativa - como significação - os valores e sentimentos que se revelam pela seleção e formas de apresentação de “fatos” na narrativa) (MALERBA 2016 ; BOURDIEU 1989 ; RICOEUR, 2010, ORLANDI, 2020) ; imaginário social (implicações reais do uso do imaginário pela produção historiográfica para impor uma visão de mundo social do autor e para o grupo social e instituições ao qual está ligado) (CHARTIER, 1991 ; LE GOFF, 1990 ; PESAVENTO, 2003 ; BURKE, 2004). Enfim, as possibilidades de análise historiográfica apresentadas por Rüsen fundamentam os princípios para as discussões sobre o pensamento histórico, pois se as histórias são escritas dos resultados das pesquisas, a historiografia deve, e pode, ser entendida enquanto o produto intelectual dos historiadores. Essa análise se faz necessária, pois as narrativas ganham significado conforme o contexto social em que são produzidas pelos historiadores e seu público.

As narrativas, como símbolos, traduzem-se num lugar onde se articulam o social e sua representação (RICOEUR, 2010), pois a memória enquadrada na escrita retorna ao cotidiano como um jogo político pela construção/reconstrução/manutenção de identidades social e cultural. Assim, constitui um bem simbólico num jogo sociocultural pela manutenção da legitimidade do poder narrativo de três elementos que serão objeto deste estudo: o autor dotado de poder cultural, pela capacidade de captar os movimentos históricos de seu tempo, pela sua formação e percepção social; os protagonistas das narrativas, as mulheres judias no contexto da modernidade, representação elaborada pela autora, bem como o marco simbólico da definição de lugar sociocultural, fruto de transformações materiais, mentais e definição de mundo social moderno, os quais possibilitam a presente análise historiográfica.

De acordo com esse pressuposto, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo contextualizamos a autora e sua obra no campo historiográfico brasileiro, bem como sua contribuição à pesquisa e ao conhecimento, ou seja, o primeiro vetor da matriz disciplinar da história (RÜSEN, 1987): contexto social, o qual remete à influência teórico-

metodológica sobre a formação da autora e, como resultados, as quatro obras em análise, frutos de um momento de transição de formas de conceber, proceder e interpretar a história, ou seja, detivemo-nos no levantamento dos dados biográficos da autora, de suas motivações historiográficas e suas questões colocadas ao passado.

Na mesma perspectiva metodológica, o segundo capítulo objetiva analisar e apresentar as obras: *Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978), *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992), *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)* (2002), e *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007); as narrativas, protagonistas e contextos abordados, por meio do segundo e terceiro vetores da matriz: as perspectivas orientadoras e os métodos de pesquisa, são o que confere à experiência humana no passado a classificação de história. As perspectivas “historicizam” a experiência do/no passado, enquanto a metodologia dirige o olhar ao passado, objetivando que critérios de cientificidades sejam alcançados.

E, por último, no terceiro capítulo, no que se refere ao quarto e quinto vetores: a didática da história, centramo-nos na justaposição e comparação relacional dos dados, apresentados e analisados no segundo capítulo, entre as quatro obras dos elementos constitutivos narrados e identificados individualmente, sobre os quais analisamos as representações e formas narrativas elaboradas sobre as mulheres judias, orientada por variáveis que se constituíram das perguntas formuladas para a investigação.

## I CONTEXTO SOCIAL DE INSERÇÃO DA AUTORA E SUAS OBRAS

Na década de 1970, a História sofreu diversas transformações na forma de interpretar e escrever devido ao início da “virada linguística”, a qual impôs novos problemas para uma história da escrita da história<sup>2</sup>. Anita Waingort Novinsky é precursora em sua área devido à forma como trata a história e também porque suas fontes são inovadoras, e essas fontes utilizadas pela autora são classificadas assim pelo fato de que poucos historiadores permeiam o campo da narrativa, pois é um espaço onde a ficcionalidade aparece e isso dificulta, de certa forma, conseguir alcançar a veracidade completa dos arquivos, documentos, livros e etc. Nesse sentido, o presente capítulo visa expor a trajetória da autora na historiografia, bem como compreender o contexto social dessa produção historiográfica em que as obras foram escritas, identificando as influências teórico-metodológicas nos estudos e produções de Novinsky e, por fim, contextualizar a trajetória que resultou nas quatro obras em análise.

### 1.1 O percurso historiográfico de Anita Waingort Novinsky

Ao falar de cristãos-novos no Brasil, Anita Waingort Novinsky é referência. De naturalidade polonesa e nacionalidade brasileira, chegou ao Brasil com pouco mais de um ano de idade. Sua origem judaica justifica a aproximação com a temática da inquisição e o seu interesse em pesquisar sobre os judeus no Brasil Colônia.

Novinsky iniciou sua formação na Universidade de São Paulo no curso de Filosofia em 1956, se especializando em Psicologia em 1958, obtendo o doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo no ano de 1970 e o pós-doutorado pela Universidade de Paris em 1983. Essa sua última formação foi o que fez ela ser influenciada teoricamente pela escola Francesa das Mentalidades, tornando-a uma referência na USP para a historiografia brasileira do período. É considerada uma das maiores especialistas em Inquisição Portuguesa e uma das pioneiras na análise e estudos dos documentos inquisitoriais de Portugal sobre o Brasil Colônia, arquivos esses localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Segundo Ronaldo Vainfas, é “mestra de tantos historiadores brasileiros” e “dona de uma proposta explicitamente engajada”

---

<sup>2</sup> Ver mais em: WHITE, Hayden. **Tropics of Discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore; London: Johns Hopkins Press, 1982.

(VAINFAS, 2007, p. 190).

Foi professora visitante na *École des Hautes Études em Sciences Sociales e Sciences Religieuses* (Paris, França) e nas Universidades norte-americanas *Brown*, *Rutgers-New Brunswick* e *Austin* (Texas). Foi fundadora e presidente do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) da Universidade de São Paulo, já extinto, e foi presidente do Conselho Administrativo da Associação Museu da Tolerância de São Paulo, construído pela Universidade de São Paulo. Foi, também, coordenadora do Projeto Intolerância/Tolerância- Democracia e Cidadania do Programa Institutos do Milênio – CNPq.

Seu trabalho historiográfico e epistemológico foi composto por catalogar inúmeros materiais, realizando revisões bibliográficas de clássicos e utilizando do cruzamento de diversas fontes, as quais serão analisadas no terceiro capítulo, objetivando questionar sobre como a Inquisição forjava criminosos para que, assim, pudesse extorquir seus bens impedindo o progresso de uma possível burguesia. Todavia, em sua produção historiográfica, fica implícito o alerta de que há dificuldades em analisar a credibilidade dos processos com fontes duplamente indiretas<sup>3</sup>, as quais são escritas por indivíduos ligados à cultura dominante. Dessa forma, as ideias chegam ao historiador através de filtros e intermediários que as deformam, podendo ser compreendidas aqui como as que foram produzidas por representantes do Tribunal do Santo Ofício.

A metodologia de trabalho da autora é baseada na análise do discurso que produzido pelos réus, pois ao fazer a análise documental, Anita Novinsky explicita o contexto em que chegaram ao Brasil, as perseguições sofridas e constrói tabelas para comprovar como e quantos foram explorados ao vir à colônia, tornando evidente a problemática citada acima acerca dos intermediários de uma dada cultura que são responsáveis pela escrita dos processos, ou seja, a dificuldade em fazer a crítica documental, a hermenêutica em si. Isso porque não se sabe precisamente o que o réu ou o confidente fala, pois os processos, denúncias e confissões eram produzidos sob a supervisão de representantes da Inquisição e redigido por um escrivão oficial do Santo Ofício; dessa forma, é tarefa do historiador realizar essa interpretação dos fatos, bem como de suas representações no momento da análise documental.

As estratégias de entrelaçamento no meio social colocando o cristão-novo como agente político e perseguido são utilizadas por Novinsky para a análise, resultando em contribuições

---

<sup>3</sup> Ver GINZBURG. Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

para as narrativas da historiografia moderna sobre a Inquisição. Isso demonstra, baseado em Certeau (1982, p. 101), a interação e relação de proximidade do pesquisador com suas fontes, pois a autora é polonesa de origem judaica, nacionalizada brasileira, ou seja, o lugar social de Anita Novinsky enquanto judia é o que traz essência à sua produção na história. A história pessoal da autora se entrelaça com a história do cristão-novo na colônia no momento em que ela é imigrante no Brasil e, talvez, também teve que conviver, de maneira mais branda que seus antepassados, com a hibridização do catolicismo junto ao judaísmo.

Na tarefa de produzir história, o historiador visa que, por meio da sua narrativa, possa ser dada legitimidade a um fato com efeito de realidade histórica. O lugar social da autora enquanto judia é o que autoriza seu texto, pois produz um discurso que reflete em uma linguagem referencial sobre os fatos. Além de praticante da História Cultural, também é adepta da História Social, integrando um grupo de historiadores que, em conjunto com Elias Lipiner, Laura de Mello e Souza, Luiz Mott, Ronaldo Vainfas e Lana Lage Lima, podem ser classificados como pertencentes à essas correntes historiográficas tal qual Anita Novinsky, uma vez que esses historiadores se interessam, sobretudo, pela história daqueles indivíduos perseguidos pela Inquisição, sejam eles cristãos novos ou

também, feiticeiros, bígamos, sodomitas, padres solicitadores etc., contribuindo de modo inestimável para a compreensão das diferentes formas sociais e desociabilidade do mundo luso-americano da época moderna [...] impulsionados pela riqueza das fontes e pelas correntes historiográficas ligadas à história cultural e à história das ideias (FEITLER, 2007, p. 11).

Anita Novinsky atingiu sua maturidade intelectual na década de 70, tendo a França como sua referência cultural e espaço de pesquisa, focando em temas da cultura até então considerados sem relevância para a história. (SERNA; PONS, 2005, p. 249), portanto, a influência das correntes teóricas da História Cultural e a História Social é evidente, pois contribuiu para uma ampliação dentro do conceito de fontes, diversificação dos objetos de pesquisa e uma abordagem visando os grupos considerados marginais no contexto da história oficial.

Seu interesse nessas formas de se contar a história foi o que levou a autora a “acrescentar” o campo da antropologia à sua análise, mais especificamente nas narrativas. Nota-se que esse interesse da autora veio desde a década de 1980, quando fazia seu pós-doutorado na França, demonstrando em seus livros a necessidade de atentar ao caráter narrativo dos testemunhos, fossem eles de origem literária ou não.

A discussão teórica acerca de “história e verdade” não era nova na década de 80, mas ao explicitar seu olhar historiográfico a narrativa, como nos livros *Inquisição:*

*Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978), o qual a autora apresenta os inventários de 130 portugueses cristãos-novos residentes no Brasil ou brasileiros natos, presentes entre os anos de 1704 e 1761. Esses inventários são importantes para fornecer uma nova fonte para auxiliar a compreender a economia luso-brasileira no século XVIII; *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992), não se apresenta somente como uma relação de nomes puramente documental, mas sim traz à luz indivíduos que vieram ao Brasil no período da diáspora dos cristãos-novos portugueses; *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)*, (2002), o livro é resultado de trinta anos de pesquisa da autora em diversos arquivos e bibliotecas em Portugal, onde objetiva trazer relações dos nomes e ordens de prisões de judeus, bem como levantar dados sobre os locais de nascimento, moradia, origens dos presos por séculos, os crimes pelos quais eram sentenciados, as sentenças e discussões sobre o período Pombalino. E, por último, *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007), o quarto e último da coleção *Fontes para a história de Portugal e do Brasil*, contém os nomes dos portugueses cristãos-novos e judeus registrados pela Inquisição registrados no *Livros dos Culpados*, que se encontravam fora de Portugal, principalmente na Holanda e no Brasil, e que os inquisidores tinham interesse em acompanhar os passos. Anita Novinsky deixa clara a sua aproximação com a antropologia, gerando debates que discutem as possibilidades e os limites da narrativa histórica. Nesse seu percurso, é evidente que qualquer tentativa de descrição de um mundo social alheio ao tempo presente parte, indubitavelmente, de um ato de imaginação, onde emerge uma interpretação única.

Em diversos trabalhos publicados durante carreira acadêmica de Novinsky, a crítica à historiografia inquisitorial foi presente. A autora relata a dificuldade que os primeiros historiadores acerca da temática tiveram para escrever sobre uma vez que, boa parte dos arquivos da Inquisição permaneceram secretos até a década de 1970. Novinsky destaca que os autores que pesquisaram exaustivamente os arquivos inquisitoriais “no século XIX foram Alexandre Herculano, João Lúcio de Azevedo e Joaquim Mendes dos Remédios, deixando-nas obras fundamentais sobre os cristãos-novos e a Inquisição” (NOVINSKY, 2018, p. 1). Após a oficial abertura desses arquivos salvaguardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a autora defende que a história do Brasil, finalmente, poderá ser “reavaliada e reinterpretada” (NOVINSKY, 2018, p. 1).

Dessa forma, Novinsky tece críticas aos historiadores revisionistas que negam o que foi cometido pelo Tribunal do Santo Ofício. Ao analisar os processos que utilizou em seus variados trabalhos e pesquisas, a autora usou da análise da conjuntura política, religiosa,

econômica, social, cultural e psicológica para compreender o fenômeno da Inquisição no seu tempo e espaço. A autora trabalha com a possibilidade de troca entre uma multiplicidade de vozes em suas pesquisas, convidando o leitor a ser “participante ativo na construção do sentido do texto, que apenas sugere conexões de sentido” (CALDEIRA, 1988, p. 143), tomando as identidades como construções e não como dados a ser objetivados.

Michel de Certeau (1982) ressalta que, para compreender a produção historiográfica, deve-se enxergar o lugar social ao qual o pesquisador está inserido, bem como os interesses que ele apresenta, seus procedimentos analíticos e metodológicos e a construção de sua narrativa a partir de toda subjetividade que está presente nos trabalhos científicos. Contrariando o que muitos estudiosos metódicos do século XIX diziam, o conhecimento histórico baseado em fontes e racionalidade dando ênfase à “verdade” do pesquisar é impossível ao olhar de hoje sobre as ciências humanas tendo o princípio de neutralidade baseado em diretrizes cartesianas.

A prática historiográfica é relativa a estrutura das sociedades, sendo o historiador um narrador que escreve a história a partir de um pertencimento em relação ao presente.

Sendo a História Cultural um lugar de fronteiras, Certeau ressalta que

o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma ciência global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige as marcas das grandes regiões exploradas. “Faz um desvio” para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas (1982, p. 87).

As possibilidades de pesquisa são inúmeras, mas sempre contendo uma preocupação com as inquietações do presente do pesquisador, o qual busca os vestígios de um passado paratorna-se produto de sua pesquisa. Os estudos sobre cristãos-novos e o Brasil Colônia propostos por Anita Novinsky seguem a busca de possibilidades de pesquisa dentro das “zonas silenciosas” que permeiam a história. O seu interesse pela temática iniciou quando cursava sua graduação na Universidade de São Paulo quando um de seus professores à dirigiu a seguinte problemática: enquanto não se estudasse a história dos cristãos-novos, não se poderia escrever a história do Brasil<sup>4</sup>.

Conforme citado anteriormente, o fato de Novinsky ser de origem judaica influenciou profundamente o seu interesse em ter a referida temática como objeto de estudo,

---

<sup>4</sup> Entrevista de Anita Novinsky concedida à Anita Brumer e Márcia Dreizik. **WebMosaica – Revista Do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.3, n.2 (jul-dez), 2011. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo: Entrevista com Anita Novinsky. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/download/26357/15380>.

sendo possível identificar o que Ginzburg também dizia sobre a “identificação emocional com os réus” (GINZBURG, 1991, p. 12) dos processos analisados por ele. Observa-se que em sua operação historiográfica há elementos de sua visão de mundo acerca da historiografia que versa sobre o Santo Ofício Português, todavia, por ter lidado com fontes que nunca haviam sido estudadas antes, os valores morais e éticos da autora são evidentes ao não colocar os personagens somente como vítimas da Inquisição, mesmo tendo em vista que nenhum texto é neutro (GINZBURG, 1991, p. 16).

Anita Novinsky construiu suas narrativas estabelecidas na identidade a qual os indivíduos pertencem, trazendo aqui a ideia que Rüsen constrói sobre como

a constituição da identidade efetiva-se [...] numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver (RÜSEN, 2001, p. 87).

Parte dos historiadores que pesquisam sobre essa mesma temática costumam construir seus discursos a partir de somente uma priorização da narrativa, a qual santifica e demoniza o “outro”, desconsiderando o contexto geral que contribuiu para que a Inquisição perdurasse por quase três séculos.

Na visão historiográfica de Novinsky, o grande “erro” de um historiador é procurar “logicidade do funcionamento do Tribunal do Santo Ofício” (NOVINSKY apud GORENSTEIN, 2005, p. 30), essa afirmação demonstra uma influência da corrente historiográfica referente à narrativa crítica elaborada por Rüsen (2016, p. 50) e criticando o revisionismo, uma vez que “os autores revisionistas assumiram os critérios do Santo Ofício para analisar a questão do criptojudaísmo. Enfatizando que analisam o Tribunal ‘em seu tempo’, consideram que foi um Tribunal justo” (GORENSTEIN, 2005, p. 37-38). Ou seja, ao se escrever sobre o Santo Ofício, em uma formatação de uma historiografia que pretende ser humanista, Novinsky buscou pesquisar e escrever sob a ótica que leva em consideração os dados estatísticos e quantitativos, mas também que não minimiza as ações da Inquisição que causaram sofrimento às pessoas.

São poucos os historiadores que se debruçam a estudar e analisar a legislação inquisitorial e/ou o discurso do Santo Ofício enquanto instituição, e é nisso que Anita Novinsky se destaca no campo historiográfico brasileiro, uma vez que ela não reduz a discussão apenas relacionada aos motivos da instalação da Tribunal e o contexto espacial e temporal que proporcionou que a Inquisição se instaurasse e durasse tantos anos, as quais são discussões que não possuem consenso entre historiadores. A subjetividade contida em seus trabalhos coloca à prova o que Le Goff afirma quando diz que há “compromisso com o diálogo entre o presente e



o passado, mas sem cair na armadilha de buscar nesse passado o começo de hoje” (COELHO, 2010, p. 64). A crítica aqui presente não é direcionada à subjetividade, pois ela é inerente à pesquisa, mas sim a utilizar a história a serviço de uma causa. Todavia, Novinsky, mesmo com o fato de ser judia, não faz o uso irracional da história a seu interesse e é, também, o que a torna notável em seu campo da história.

Anita Novinsky discorre sobre a Inquisição portuguesa visando

as numerosas controvérsias que o fenômeno Inquisição tem suscitado, com a minimização de seus efeitos e a incompreensão de seu “sentido profundo”, em um momento em que a própria sobrevivência da humanidade está ameaçada, são um sintoma da insanidade de nosso tempo quanto a valores éticos e humanos (NOVINSKY 2004, p. 48).

Evitar que haja uma imagem aparente da realidade é essencial, pois se corre o risco de “conhecermos apenas como o dominador se apresentava, mas nunca os verdadeiros motivos que o impulsionavam” (NOVINSKY, 1998, p. 298). É uma justificativa plausível para que essa seja a perspectiva escolhida por muitos historiadores para analisar a história “vista de baixo”, ou seja, uma historiografia que se preocupava com “os excluídos da História” como bem descreve Michelle Perrot (2017). Novinsky afirma em seus estudos que “para entendermos o que foi o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, como funcionou e a ideologia sobre a qual se apoiou, é importante que busquemos conhecer o que pensavam dele os homens de seu tempo e as próprias vítimas” (NOVINSKY, 1998, p. 298). Ou seja, tanto inquisidores, quanto as vítimas, eram “homens de seu tempo”.

Esse percurso historiográfico resultou o surgimento do Laboratório de Estudos Sobre a Intolerância (LEI), o qual foi fundado em 2002 por Anita Novinsky no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas a partir da tradição dos pesquisadores sobre a história colonial e, principalmente, sobre os processos do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, os quais são oriundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, do Arquivo Nacional de Madrid, do Arquivo Histórico de Sevilha, da Biblioteca Rozenthaliana de Amsterdã, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e outros arquivos estaduais brasileiros.

O laboratório foi inicialmente projetado para estudos coloniais, porém foi ampliado para o período moderno e contemporâneo e possui diferentes documentos de centros de pesquisa da América Latina, Ásia, Europa e Brasil, resultado de projetos de pesquisa de seus integrantes ou de trabalhos de recuperação de acervos. O LEI possuía uma biblioteca com mais de 10 mil títulos sobre o tema de intolerância religiosa, política e cultural e um conjunto de aproximadamente 100 mil microfimes. Todavia, nove anos depois, Anita Novinsky foi

“obrigada a dissolver o laboratório<sup>5</sup>”, pois haviam colegas que estavam querendo transformar o Laboratório em arena política e que esses ideais políticos eram abertamente antijudaicos, fazendo com que ela decidisse por encerrá-lo.

Entretanto, as documentações e os pesquisadores do extinto Laboratório de Estudos sobre Intolerância passaram a fazer parte do Departamento de Pesquisa e Documentação no Museu da Tolerância, também criado por Anita Novinsky. O Museu da Tolerância foi idealizado dentro da Universidade de São Paulo, na Praça dos Museus, e teve como objetivo mostrar os crimes cometidos contra a humanidade, sendo um lugar de estudo e de reflexão sobre a Inquisição e o Holocausto, por exemplo.

Esse percurso de pesquisa e produção historiográfica de Novinsky foi o que proporcionou a escrita de inúmeros artigos e livros de suma importância para a historiografia brasileira. Na próxima seção pretende-se tratar do contexto social e teórico em que as obras foram escritas, visando compreender as influências teórico-metodológicas da autora.

## 1.2 O contexto social e teórico das obras

As investigações acerca da ação do Santo Ofício da Inquisição no Brasil entre os séculos XVII ao XVIII trouxeram informações importantes para a história do Brasil Colônia, revelando a existência de sociedades que viviam às margens com suas crenças e tradições, as quais eram rigorosamente proibidas e punidas pelo sistema político e religioso vigente na Península Ibérica ao longo do período moderno. A existência de um “outro” Brasil em que coexistia uma sociedade divergente da comumente estudada e disseminada pela história tradicional, não foi considerada pela maioria dos historiadores. Foi desta lacuna que nasceu a série *Fontes para a história de Portugal e do Brasil*, que permitiu que Anita Novinsky reconstruísse um “novo mundo”, mostrando como ele perdurou mais de três séculos coloniais e pode-se notar seus reflexos na sociedade até o tempo presente, mas sendo resgatado apenas por uma parcela de historiadores e antropólogos.

O primeiro volume da série *Fontes para a história de Portugal e do Brasil* intitula-se *Inquisição – Inventários de Bens Confiscados a Cristãos-Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978) e traz a transcrição de 129 inventários de bens confiscados de cristãos-novos de várias regiões

---

<sup>5</sup> Entrevista com Anita Novinsky. *WebMosaica – Revista Do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v.3, n.2 (jul-dez), 2011. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/webmosaica/article/download/26357/15380>.

do Brasil durante o século XVIII. O segundo volume da série é denominado *Inquisição – Rol dos Culpados*, (1992) e apresenta um índice composto por 1819 nomes de cristãos-novos do Brasil no século XVIII, alguns presos e outros que apenas foram denunciados por judaísmo. O terceiro volume é intitulado *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI – XIX)*, 2002, livro no qual a autora transcreve o nome de todos os brasileiros prisioneiros entre os referidos séculos, tanto cristãos-novos como cristãos-velhos,

acusados de diversos tipos de heresias. Por último, o quarto livro da série, *Gabinete de Investigação: uma “caça aos Judeus” sem precedentes*, (2007) o qual contém os nomes de portugueses cristãos-novos judeus registrados pela Inquisição no *Livros dos Culpados*, que se encontravam fora de Portugal. Estes livros serão aprofundados posteriormente no capítulo II.

Em sua prática historiográfica proposta na presente série de livros, a autora destaca que o historiador pode encontrar dificuldade em especificar quem dos cristãos-novos citados era judeu, pois há o imperativo em conceituar esse termo, uma vez que, de início, o ponto de vista religioso e social-econômico influenciam. Para isso, ela destaca abordagens que utilizou em seus estudos (NOVINSKY, 1978, p. 9):

a) destacando o ponto de vista religioso, apesar de ter havido em países católicos cristãos-novos que se mantiveram durante séculos ligados a fé judaica, confirmando a realidade do marranismo, a maior parte da população portuguesa de origem judaica, condenada ou não pela inquisição, não pode ser considerada judia no sentido estritamente religioso;

b) entretanto, encarando sob um ponto de vista de “herança cultural judaica”, a questão muda de perspectiva e poderá somente ser compreendida após uma profunda análise do “fenômeno cristão novo português”, sem levar em considerações definições que a autora cita como “simplistas”, as quais provem da aceitação de fontes oficiais, se referindo aos processos da Inquisição, sem a necessária crítica;

c) a necessidade de compreender os mecanismos de funcionamento do Tribunal do Santo Ofício, para o qual todos os indivíduos suspeitos eram culpados, e o que significava “judaizante” para os inquisidores;

d) compreender os processos históricos acerca dos cristãos-novos na direção da “psicologia do mental coletivo”, visando compreender os comportamentos, visões e valores de mundo dessa parcela da população enquanto uma problemática social.

Colocar o elemento cristão-novo em perspectiva de análise é o que evidencia a sua influência da historiografia francesa das mentalidades, a qual a autora teve presença direta,

inclusive relatou isso em entrevista, de Lucien Febvre. Anita Novinsky escreve as presentes obras no contexto da Nova História, a qual passou a ser praticada no Brasil nas últimas décadas do século XX. Laura de Mello e Souza em seu artigo *Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial*<sup>6</sup>, publicado em 1998, discorre sobre a história da cultura no Brasil. Ela identifica diversas fases da história cultural dentro da historiografia brasileira, sendo a terceira fase caracterizada como uma espécie de “transição entre a história da cultura e a história das mentalidades”, a qual ela delimita entre os anos de 1967 a 1986, período em que Anita Novinsky começa sua produção da presente série de livros em análise e publica, também, seu clássico *Cristãos novos na Bahia* (1972).

Assim, o modo de empregar o discurso deve ser observado, pois é construído historicamente. A partir disso, nota-se que a História Cultural faz maior uso das manifestações populares para análises e construções do que somente as representações ditas cultas e clássicas. Apesar de manter seu foco em elementos culturais, esse movimento também aborda questões sociais para conseguir compreender as práticas culturais diversas presentes em uma mesma sociedade.

Analisando a questão social, Novinsky disserta sobre a imposição religiosa que torna necessário observar as questões da intolerância e da dominação, até porque a discriminação entre o cristão-velho e o cristão-novo na Espanha e em Portugal eram critérios para diversos campos da vida social (CARNEIRO, 2005). Esse fenômeno ocorria pela percepção de que apesar dos judeus terem se convertido para fugir da morte, eles nunca deixaram de ter o sangue “sujo” e “impuro”.

Todavia, o “novo mundo” abria portas para todos, tal qual escreve Pero de Magalhães Gândavo, por volta de 1575 sobre a Terra de Santa Cruz: “especialmente para que todos aqueles que nestes Reinos vivem em Pobreza nam duvidem escolhela para seu amparo”[sic.] (1858, p. 19). Apesar dessa possível abertura, Laura de Mello e Souza disserta sobre a face sincrética do catolicismo, com suas crenças sendo impostas de um lado e outro do ultramar, mas eram um tanto escolhidas:

eivado de paganismos e de “imperfeições” [...], o catolicismo de origem europeia continuaria, na colônia, a se mesclar com elementos estranhos a ele, multifacetados muitas vezes, como a própria religião africana transmigrada. Ainda no primeiro século de vida, a colônia veria proliferarem em seu solo as Santidades sincréticas, misturas de práticas indígenas e católicas. A mais famosa delas foi relatada pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil: a de Fernão Cabral de Taíde, senhor de engenho de Jaguaripe (SOUZA, 2014, p. 130).

---

<sup>6</sup> MELLO E SOUZA, Laura de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: Contexto, 1998, p. 17-38.

No caso do criptojudaísmo<sup>7</sup>, Anita Novinsky (1992) fala do afrouxamento das práticas religiosas com a ação sincrética, fazendo com que o judeu converso vivesse na dicotomia de não conseguir deixar para trás as marcas do judaísmo, mas, exteriormente, participava de missas e datas festivas cristãs. Algumas ações eram vistas como heresia pelos inquisidores, como o fato de não comungar na quaresma (SCHETINI, 2016, p. 141).

Nota-se, portanto, a densidade dessas pesquisas e a seriedade desses trabalhos que são, de certa forma, reveladores, tanto pelo seu tema, como pela documentação indicada. Há uma vasta bibliografia do que tange os estudos acerca dos cristãos-novos, seja no prisma histórico, psicológico ou sociológico. Sendo indivíduos perseguidos, os judeus assumem um papel ambíguo na historiografia de Novinsky, pois são sujeitos diferentes na esfera pública e outro na vida particular, com suas crenças e hábitos. O período moderno em que a Inquisição se instaurou no Brasil Colônia foi uma época que permitiu a denúncia sem maiores provas, gerando a condenação de vítimas, sua morte, afastamento de atividades e perdas de bens por muitos anos. Cria-se toda uma legião de culpados, como se verifica nas situações contemporâneas da vida política. Tão comuns no século XXI quanto na Idade Média, a “caça às bruxas” é constante na história.

No campo da análise historiográfica, com Novinsky pode-se notar a junção do meio social e político, sendo possível verificar a transformação e a posição do cristão-novo na Colônia à medida que havia sua ascensão na participação da vida social e econômica. Dentro de um contexto de uma sociedade oficialmente católica, o sujeito cristão-novo foi perseguido e isso fez dele um agente político, uma vez que suas práticas são caracterizadas enquanto atos de sobrevivência e resistência em uma conjuntura que não permitia a liberdade.

Ela afirma que “a resistência se manteve mais no plano religioso do que no étnico, e foi forte entre os cristãos-novos que faziam parte da burguesia comercial, os homens de ‘ida e vinda’ do que nos latifundiários, integrantes da vida local” (NOVINSKY, 1972, p. 60). Isto é, diferente dos cristãos-novos que não tinham como manter relações com suas antigas práticas, o cristão-novo que se encontrava na colônia criou laços com a sociedade, passando por um processo de hibridização daquela cultura.

Na análise de Pascoal (2013), Anita Novinsky trata o cristão-novo como um indivíduo que prefere manter suas práticas religiosa, não se tornando completamente católico ao analisar

---

<sup>7</sup> Criptojudaísmo é o conjunto de práticas que grupo de pessoas, com origem judaica realizavam nos períodos da história nos quais ocorreram perseguição do povo, de suas práticas e de sua fé judaica.

o conceito de “homem dividido” usado pela autora,

um homem dividido encontra-se num mundo ao qual a referida pesquisadora não aceita o catolicismo e não se integra ao judaísmo. É considerado judeu pelos cristãos, e cristão pelos judeus. Internamente é um homem que, se equilibra no mito da honra e procura sobreviver em uma sociedade intolerante com o ser diferente (PASCOAL, 2013, p. 11).

Portanto, tendo isso em vista, o cristão-novo, nem católico e nem judeu, criava seu jeito de viver e se deslocar no mundo. A historiografia da autora demonstra como esses sujeitos acharam formas de “não esquecer a si mesmos”, pois mantinham aquilo que era mais forte e de referência, agregando aquilo que estava em seu cotidiano, uma vez que se moviam em uma sociedade que sabiam não se sentir parte (NOVINSKY, 1972, p. 61). No capítulo seguinte, seguindo essa proposta de contextualização histórica e análise, as obras serão apresentadas e analisadas, bem como as perspectivas orientadoras e os métodos de pesquisa, as narrativas e os contextos abordados por Anita Novinsky em sua produção historiográfica.

## II A OBRA: TEORIA E METODOLOGIA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DEANITA NOVINSKY

As perspectivas teórico-metodológicas historicizam a experiência no tempo, dirigindo o olhar ao passado, objetivando que os critérios de cientificidade sejam alcançados. O conceito de obra remete, nesse sentido, a uma criação narrativa que transmite a intenção comunicativa do seu autor. Os livros, comumente, tendem a contar uma história, seja utilizando recursos literários ou não.

Seguindo a perspectiva metodológica da matriz disciplinar da História de Jörn Rüsen, este capítulo pretende discutir o conceito de obra individualmente e sua representação em relação ao todo; contextualizar o período histórico que é tratado nos livros a partir da perspectiva da autora, bem como dissertar e analisar cada obra individualmente e, por fim, discutir sobre as perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa que Anita Novinsky utilizou para construir as narrativas das mulheres cristãs-novas enquanto sujeito de análise.

### 2.1 A obra

A escrita dos livros em análise na presente pesquisa é resultado de mais de trinta anos de trabalho de Anita Waingort Novinsky, a qual intitulou a série de livros de *Fontes para a História de Portugal e Brasil*. Pode-se chamar esses livros de “obra”, uma vez que o conceito (OBRA, 2022) se aplica a algo escrito, como a totalidade de uma produção, seja de uma só pessoa ou de um conjunto de autores. O conceito de obra é comumente ligado à literatura, pois a própria palavra tem sua origem do latim *litterae*, sendo possível compreender como “arte de compor obras” ou até mesmo “conjunto de trabalhos”. As obras literárias são um instrumento teórico-metodológico de interpretação da realidade, ou seja, a literatura permite o acesso do historiador a uma época, ao modo com o qual as pessoas pensavam o mundo e a si próprio, bem como os valores que as guiavam, os medos, os preconceitos, etc., sendo fonte importante para a leitura do imaginário, fornecendo espaços para se pensar como e por que as pessoas agiam de tal forma, auxiliando na compreensão da narrativa histórica (MALERBA, 2016, p. 407).

Essa narrativa histórica abre possibilidades de notar as especificidades do que separa um texto histórico de um ficcional. Segundo Jurandir Malerba (2016, p. 22-23), há pontos a se considerar acerca da narrativa:

- a) a narrativa histórica como um modo de explicação;
- b) as narrativas como histórias de ação;

- c) o realismo histórico na narrativa;
- d) as considerações literárias e ficcionais sobre o passado.

Nesse sentido, o que mais interessa para essa pesquisa são os aspectos metodológicos dos itens “a” e “d”, pois nas obras de Novinsky existe o diálogo com a literatura a partir dos documentos existentes utilizados como fonte, ou seja, há um “papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia” (MALERBA, 2016, p. 27), uma vez que o historiador narra o passado a partir de uma informação primária para formar a totalidade histórica.

Dentro da experiência literatura-história também é necessário compreender sobre a linguagem e a carga de subjetividade contida nela, “possibilitando a trindade discurso, memória e identidade” (AQUINO, 2016, p. 29). Perceber o homem enquanto sujeito possibilita essa experiência textual da (inter)subjetividade, tornando-o protagonista da linguagem e essa sendo vista como locutora da vida, ou seja, a linguagem não é somente língua-discurso no sentido enunciativo, mas sim algo que possibilita produzir conhecimento sobre o homem (BENVENISTE, 1995, p. 37). A partir dessa lógica, a língua se constitui através dos símbolos culturais que o indivíduo possui, podendo afirmar que “a língua se constitui como um mecanismo de significação” (AQUINO, 2016, p. 35), por isso todo esse conjunto semântico deriva do sistema de valores de uma sociedade, sendo expressos na língua e tornando-se, posteriormente, discurso.

Dessa maneira, as fontes primárias, tais quais acervos de arquivos, são utilizadas como documentos que podem representar um contexto histórico social e serem mecanismos de formação de discurso. Algumas fontes foram negligenciadas por um longo período de tempo, mas, em algum momento, caíram nas mãos de um historiador disposto a pesquisar e desvendar, descobrindo o valor do documento. Os arquivos pesquisados por Anita Novinsky no Arquivo Nacional da Torre do Tombo passaram por esse processo de ressignificação e descoberta. A construção que abriga o Arquivo tem o início da sua história remetido ao final da Idade Média portuguesa. Localizado em uma das torres do Castelo de São Jorge, na cidade de Lisboa, ele foi criado em meados do final do século XIV, quando se registrou a primeira certidão em 1378. Inicialmente, era local de arquivamento de papéis oficiais da coroa. Foi somente no século XVII que começou a ser organizado de maneira efetiva para que, no século seguinte, já abrigasse um volume considerável de documentos, como por exemplo bulas, leis, ordenações, etc<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> História. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/>



Foi somente no século XX que o Arquivo teve abertura para que pesquisadores selecionados, e com autorização, pudessem entrar. Com um decreto em 1911, pela primeira vez teve sua abertura ao público. A partir de 1997, recebeu a denominação de Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT), tendo por principal função “promover e executar a política arquivística nacional, nas suas vertentes de conservação e valorização do património arquivístico nacional, de promoção da qualidade dos arquivos correntes, e da salvaguarda e garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos”, segundo o Decreto-lei 60/97, de 20 de março. Já em 2007, voltou a ser designado como Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O Arquivo conta hoje com diversos catálogos temáticos, índices, coleções, enfim, vários instrumentos de pesquisa disponibilizados na página do ANTT e acessíveis online para consulta<sup>9</sup>.

Le Goff (2003, p. 536) expõe como os documentos devem ser vistos como uma construção, como um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de poder que determinado período da história, portanto é necessário percebê-los não só enquanto documento, mas sim como monumento. As *obras* históricas que marcam época são construídas a partir de pesquisas nessas instituições de memória. Anita Novinsky utilizou os documentos arquivísticos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo para realizar as pesquisas que resultaram no conjunto de livros em análise que formam uma obra.

Esta obra de Novinsky é necessária para identificar um processo de reconhecimento das relações sociais, produzidos a partir de fontes primárias contidas no referido Arquivo que representam as ações que envolvem a vida cotidiana. A próxima seção tratará do contexto histórico que permeia esses documentos que foram utilizados pela autora, visando situar o leitor historicamente para, posteriormente, dissertar sobre cada livro e a forma como utilizou essas fontes em cada obra.

### 2.1.1 Uma história de intolerância narrada na historiografia de Anita Novinsky

O aumento das contestações aos dogmas da Igreja na Europa Ocidental foi o que resultou no Concílio de Verona de 1184<sup>10</sup>. Não se pode afirmar quando a Inquisição medieval foi estabelecida, mas o fato histórico do Concílio marca um momento em que a Igreja sentia seu poder ameaçado devido às heresias. E, mesmo com essa preocupação da Santa Sé, “não

<sup>9</sup> Fundos e coleções. ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>

<sup>10</sup> Em meados do século XII e XIII, alguns grupos de católicos se rebelaram contra a Igreja. Governantes acabaram não punindo esses hereges ou simplesmente não foram capazes de fazê-lo, o que resultou na Igreja assumindo a iniciativa. Com isso ocorre o Concílio de Verona de 1184, onde foi instituída a Inquisição e, também, que os bispos deveriam visitar com frequência as comunidades suspeitas de praticar heresias.

foi possível conter a difusão das heresias, principalmente dos cátaros ou albigenses” (NOVINSKY, 2012 p. 18), os quais formavam uma grande comunidade contra Roma<sup>11</sup>. Por meio das ideologias católicas, a doutrina precisava ser mantida, mesmo que fosse a partir da persuasão através do medo nos fiéis. Criaram-se, dessa forma, diversas vertentes religiosas dentro da Igreja Católica que alarmavam os ortodoxos, acerca dos perigos das heresias fazendo-os, assim, realizar atos em nome da purificação da fé.

A Inquisição Medieval e a Inquisição Moderna (principalmente as ibéricas), apoiavam-se em bases comuns: as denúncias e os “rumores”. Já havia na Idade Média, como posteriormente na Espanha e em Portugal do período moderno, os chamados “familiares” da Inquisição, os quais eram responsáveis por ajudar na caça aos suspeitos. A Inquisição se perpetuou em diversos países, inclusive em locais da Europa Oriental, mas teve maior força e engajamento na Europa Ocidental (NOVINSKY, 2012, p. 21). O Santo Ofício recebia as acusações contra pessoas que professassem práticas diferentes daquelas do cristianismo oficial, investigava esses hereges e seitas religiosas aplicando penalizações. No medievo, mais precisamente em 1376, o inquisidor Nicolau Eymerich, escreveu a obra *Directorium Inquisitorium*, explicando conceitos, normas e técnicas de sentenças utilizadas pelos inquisidores<sup>12</sup>.

Em face dos perigos das heresias, o clero buscou controlar de perto a vida dos fiéis:

vigilância e repressão variaram consideravelmente segundo os países e, ainda, conforme a natureza do delito praticado, de modo que tanto a Justiça Civil, como a eclesiástica ou a inquisitorial tiveram alçada sobre os desvios morais entre XVI e XVII. Mas nos países católicos, o mecanismo elementar de controle das consciências e dos comportamentos residiria no sacramento da penitência, na confissão auricular (VAINFAS, 1997, p. 24).

As determinações do Concílio de Trento e da Reforma Católica foram disseminadas pela Europa ao longo do século XVI. Então, com a união dos reinos de Aragão e Castela, levantou-se a bandeira da unificação política, a qual é defendida pelos reis católicos Isabel e Fernando, os quais alegavam a extrema necessidade de unificação religiosa. É sob a égide desse pretexto que se inicia a eliminação das minorias, ou seja, os judeus e os árabes, sendo esse o

---

<sup>11</sup> As heresias são todas as doutrinas consideradas falsas por parte da Igreja. Os Cátaros formaram um dos maiores movimentos heréticos da Baixa Idade Média, o que levou a Igreja realizar uma Cruzada objetivando conter o seu crescimento. Os Cátaros também são conhecidos como albigenses em referência a uma cidade nosul da França denominada Albi, seu movimento contra os dogmas católicos foi tão expressivo que a perseguição durou quase um século, mas, na primeira metade do século XII, o maior representante do catarismo, Raimundo VII, foi preso. Os poucos fiéis que sobraram na França fugiram para a Itália, mas lá já foram perseguidos pela Inquisição.

<sup>12</sup> Ver mais em: VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados:** moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 199

contexto histórico em que estão inseridas as protagonistas da historiografia de Anita Novinsky, as quais presenciaram o nascimento do mundo moderno repleto de belezas e, também, problemáticas que traçaram o destino dos indivíduos por muitos séculos.

### 2.1.2 A Inquisição na Península Ibérica

Formada por Portugal, Espanha, Andorra e Gibraltar, a Península Ibérica foi um espaço da Europa em que diversos grupos étnicos coexistiram em diferentes momentos da História. Todavia, entre os séculos XVI e XVIII, a Inquisição atingiu seu apogeu devido à existência de “três grandes comunidades no território ibérico: a cristã, a muçulmana e a judia”(NOVINSKY, 2012, p. 27). Esses grupos conviveram durante séculos segundo suas próprias leis religiosas e eram, de certa forma, mutuamente respeitados no medievo. Essas diferenças religiosas não eram, até então, vistas pela Igreja como um perigo para a sociedade. Anita Novinsky afirma que mesmo a Guerra da Reconquista, período onde os cristãos lutaram para expulsar os árabes, desde o ano de 711 na Península Ibérica, não teve o mesmo caráter que as Cruzadas (2012, p. 26). Isso porque havia soldados judeus, árabes e cristãos lutando juntos tanto no exército dos reis cristãos como dos mouros.

Apesar das orientações religiosas da Santa Sé de que os judeus deveriam usar distintivos para que não fossem confundidos com cristãos, em Portugal e na Espanha isso não foi cumprido. A liberdade e a tolerância que esses povos desfrutaram nesses países, tanto sob a bandeira cristã como sob a bandeira árabe, permitiu o desenvolvimento econômico-financeiro. Judeus ocuparam cargos de prestígio na sociedade e na nobreza, comparavam-se até mesmo a importantes aristocratas.

De forma geral, judeus, mouros e cristãos tinham importância devido a sua vivência já antiga na região e, independente do grupo que estivesse no poder, os judeus tinham certa autoridade, pois muitos eram representantes da burguesia e eram aceitos socialmente por isso (POLIAKOV, 1996). Todavia, mesmo com essa relação pacífica, os judeus na Espanha viviam separados do restante da população, o que demonstrava o fio tênue que segurava essa estrutura de tolerância, e a liberdade existia somente devido a essa troca de benefícios e interesses econômicos: “ao grupo dominante interessava mantê-los como grupo diferenciado ao restante da população, pois, dessa forma, teria condições de usufruir de seus préstimos financeiros” (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Essa dependência também era muito frágil, pois a conjuntura política poderia mudar a qualquer momento. A centralização do poder no final do século XV com o casamento dos

reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela fez dissipar a ideia de que esses grupos distintos poderiam conviver em harmonia, cada qual com suas leis religiosas, pois se hasteava, cada vez mais, a bandeira de um só território, uma só religião e uma só lei. Com o crescimento de uma burguesia cristã, que se dava pela expansão marítima e crescimento do comércio, a necessidade de ascensão social era urgente. O confronto da burguesia cristã com a já consolidada burguesia judaica foi explorado pela Igreja Católica para iniciar uma campanha antijudaica, a qual toma força ao longo do século XIV, uma vez que as autoridades cristãs responsabilizam os judeus por todos os males que afligiam a nação (NOVINSKY, 2012, p. 29) e que “os judeus não eram necessários como colonos urbanos, os cristãos podiam, eles próprios, desempenhar esse papel” (JOHNSON, 1989, p. 222).

Esse contexto gerou uma mudança expressiva na Espanha, uma vez que houve o fenômeno da conversão em massa de judeus na Península Ibérica. A sociedade espanhola ficou dividida de três maneiras, segundo Novinsky:

- 1) os judeus que conseguiram se salvar durante o período de opressão e seguem na sua fé judaica;
- 2) os que se converteram para salvar suas vidas, mas que continuaram praticando o judaísmo em segredo, denominados de “criptojudeus”, conceito que se refere aos judeus que praticavam sua fé e seus costumes em segredo, por receio de perseguições religiosas, ao mesmo tempo que publicamente praticavam outra religião;
- 3) os que se converteram e se tornaram leais ao catolicismo.

Essas diferenças na população se tornaram cada vez mais significativas e o antissemitismo se fortaleceu, pois mesmo que os cristãos entendessem a importância do povo judeu, não aceitavam o fato de eles não terem se convertido às palavras de Cristo (SILVA, 2009, p. 24).

Outro aspecto importante é o de que havia a necessidade de a Coroa Espanhola tornar-se um Estado Nacional, portanto a sociedade procurava uma identidade nacional e, para isso, não poderiam haver grupos diversificados. Tendo isso em vista, Fernando e Isabel, após assumirem o poder em 1474, organizam negociações para que pudesse ser estabelecido um Tribunal do Santo Ofício na Espanha. Os monarcas receberam a autorização do Papa Xisto IV para um tribunal em Castela e em Aragão, Catalunha e Valência entre os anos de 1478 e 1483. Apesar de haver a autoridade do Papa, os tribunais e a organização da Inquisição Ibérica foram completamente estruturados por seus governantes e seu funcionamento foi voltado para fins político-econômico. Os reis tinham como objetivo arrecadar fundos e organizar a sociedade

conforme convinha aos seus interesses. O “confisco de bens se apresentava como uma forma de conseguir encher os cofres públicos e a religião como melhor argumento para encobrir os interesses econômicos da Coroa” (CARNEIRO, 2005, p. 39).

Em Portugal, o processo inquisitório foi parecido com o espanhol, porém um pouco mais tarde: em 1449 ocorre o primeiro *pogrom*<sup>13</sup> contra uma *judiaria* (bairro de judeus). Essa decisão de instaurar a Inquisição ocorreu devido a entrada dos judeus que foram expulsos da Espanha, situação a qual o monarca português D. João II soube aproveitar da melhor maneira possível para os cofres públicos, uma vez que cobrou a entrada de cada judeu no país. Quando D. João II morreu, quem assumiu foi D. Manoel, o qual tinha intenções de se casar com Isabel, filha dos reis católicos da Espanha. A condição para essa união era a de que ele expulsasse todo e qualquer judeu de Portugal, promessa essa que foi cumprida em 1496. Porém, a sua intenção era a de que os judeus se convertessem ao catolicismo “ordenando o batismo forçado de judeus e o sequestro legal de todas as crianças judias até 14 anos para serem distribuídas à população cristã e reeducadas na fé católica” (NAZARIO, 2005, p. 63), pois o monarca sabia que a mão de obra judia seria importante para o enriquecimento da Coroa portuguesa, principalmente nesse período de expansão comercial que o país (e o continente) vivia.

Sendo batizados à força por padres instruídos pelo governo, há outra imigração desta comunidade; cerca de 185 mil judeus saíram de Portugal, todavia, 50 mil ficaram e tornaram-se cristãos-novos, alguns completamente convertidos e fiéis ao catolicismo, outros praticavam seus ritos judaicos em segredo (NAZARIO, 2005, p. 63). Devido a conversão ter sido forçada, a perseguição a cristãos-novos foi intensa, pois eram vistos como falsos católicos (judaizantes) e, conseqüentemente, hereges. Contudo, apesar dos esforços do governo de manter os judeus no país mesmo convertidos à força e praticantes do catolicismo, a sociedade como um todo enxergava esse povo como uma ameaça ao cristianismo e a única forma de “curar” esse mal era o estabelecimento do Santo Ofício da Inquisição. A instauração do Tribunal do Santo Ofício iniciou com D. Manoel, mas foi somente com seu sucessor, D. João III, que se tornou realidade. O Tribunal foi instaurado em três locais em Portugal: Évora, Coimbra e Lisboa, esse último ficaria também responsável pelos casos na América Portuguesa.

O conceito de heresia foi utilizado como evasão para questões econômicas e políticas, pois os próprios interesses da Igreja Católica e do Estado frente ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição eram diferentes. Até houve momentos em que a coroa e a Igreja andaram juntas, mas em alguns momentos houve conflitos internos. Anita Novinsky disserta sobre esse período

---

<sup>13</sup> Conceito que define todo movimento popular de violência dirigido contra uma comunidade étnica ou religiosa.

e ressalta: “as facções de poder, coroa, nobreza e clero, apesar da rivalidade entre si, tinham interesse na continuidade da instituição e a utilizaram para garantir a persistência da estrutura tradicional do regime” (NOVINSKY, 1983, p. 47).

Esse contexto foi o que definiu os países ibéricos no período moderno, fazendo com que, posteriormente, no momento da colonização, esses padrões e condutas sociais e religiosas fossem transferidos para a Colônia, definindo os pilares que seriam norteadores dos indivíduos daquele período. Na próxima seção, será abordado o contexto inquisitório no Novo Mundo e quais os reflexos dele nos indivíduos cristãos-novos que vieram ao Brasil, objetivando exemplificar, e aproximar, em qual período estão inseridos.

### 2.1.3 A Inquisição na Colônia brasileira

A colonização no Brasil foi realizada a partir da transferência dos valores lusitanos para o Novo Mundo, uma vez que era esperado que a gente dessa terra obtivesse a mesma conduta política, social, econômica e cultural da Europa Moderna. O regime português era de uma monarquia absolutista, portanto, as duas instituições que eram responsáveis pela sua manutenção eram o Estado e a Igreja Católica. Ambos foram pilares do Antigo Regime e, mesmo com suas divergências, faziam com que o homem temesse questionar o poder do Estado, uma vez que ele era visto como de origem divina. É nesse sentido que se pode visualizar a importância da religiosidade no período moderno, pois os dogmas da Igreja estavam a serviço da manutenção do poder vigente.

Objetivando trazer ao Brasil os princípios fundamentais da sociedade portuguesa, conforme já elucidado anteriormente, o Estado precisava garantir a soberania portuguesa e a Igreja deveria zelar para que essa nova sociedade fosse obediente à Coroa, uma vez que o catolicismo deveria ser a religião oficial na América. Para que essa empreitada tivesse sucesso foram necessários o apoio e a presença de um grupo religioso específico: os jesuítas, os quais foram essenciais para a colonização tanto no Brasil como na América Espanhola.

Dessa forma, a sociedade colonial teve os mesmos parâmetros da metrópole. Todavia, devido a terra e o povo do Novo Mundo serem considerados, de certa forma, “hostis”, algumas questões tiveram que ser toleradas, dentre elas o enriquecimento de indivíduos considerados inferiores: os cristãos-novos, os quais fugiram da Europa quando o Tribunal do Santo Ofício foi instaurado em 1536, em busca de liberdade, mas também era comum o degrado de

criminosos de Portugal para o Brasil <sup>14</sup>que, posteriormente, ficou conhecida como uma terra de pecados<sup>15</sup>, justamente devido a esses grupos que iniciaram o povoamento.

Com o enriquecimento dos engenhos, o litoral nordestino se tornou o centro de colonização do Brasil e as capitanias de Pernambuco e Bahia foram as maiores em produção de açúcar. Muitos dos senhores de engenho que enriqueceram com essa monocultura canavieira eram cristãos-novos que vieram para o Brasil no início do século XVI. Todavia, como o Novo Mundo precisava ser um reflexo da política e sociedade portuguesa para que obtivessem sucesso na colonização, os preconceitos presentes na metrópole se fizeram presentes para o início de uma história de intolerância nas terras tupiniquins.

Esse é o contexto que foi favorável para a atuação do Tribunal do Santo Ofício no Brasil. Diferente do território espanhol, a América Portuguesa não teve um tribunal propriamente dito, porém, na segunda metade do século XVI, houve as primeiras visitas da Inquisição, demonstrando o poder que a instituição tinha, expedição essa organizada durante a União Ibérica (1580-1640), com interesses claramente políticos,

a Coroa espanhola utilizou o Tribunal do Santo Ofício para controlar de forma mais efetiva seus novos domínios. A primeira visita aconteceu em 1591 a 1593, na Bahia, sob comando do visitador Heitor Furtado de Mendonça. A população teria o prazo de trinta dias – “tempo de graça” – para se confessar e denunciar outras pessoas; os que soubessem de algo ou tivessem pecados e não procurassem a Igreja onde estava instalada a visita, poderiam ser excomungados. As principais denúncias se relacionavam aos ritos judaicos praticados em segredo por cristãos-novos (SILVA, 2009, p. 28).

Em 1593, Heitor Furtado de Mendonça chegou a Pernambuco e essa visita foi importante, uma vez que as condições financeiras na capitania, devido aos engenhos, eram muito prósperas e a base da economia da região era o açúcar, o algodão e o pau-brasil, bem como a sua exportação (WIZNITZER, 1966, p. 20). Esse visitador saiu do Brasil no ano de 1595 e levou consigo diversas denúncias para o Tribunal do Santo Ofício, sendo a maioria sobre casos de judaizantes, inclusive levando algumas pessoas consigo para julgamento em Portugal.

Alguns anos depois outro visitador da Inquisição chegou na Bahia: Marco Teixeira, em 1618, fazendo com que centenas de pessoas fossem à Igreja se confessar e denunciar outros indivíduos. Para auxiliar na identificação e posterior denúncia dos pecados que ocorriam na colônia, existiam os Familiares e Comissários, os quais eram agentes da Inquisição no Brasil. Os Familiares geralmente pertenciam à nobreza do período: “todas as vilas, cidades e portos do

---

<sup>14</sup> Ver mais em: PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

<sup>15</sup> O historiador Ronaldo Vainfas possui um estudo importante sobre esse assunto em seu livro “Trópicos do Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil”.

Brasil Colonial tinham Familiares do Santo Ofício. Como eram leigos, estavam em todos os círculos” (NOVINSKY, 1984, p. 24). Por sua vez, os Comissários eram clérigos que possuíam autoridade na hierarquia inquisitorial da Colônia. Ambos tinham diversos benefícios por exercer essas funções, até porque para serem Familiares ou Comissários tinham que provar a pureza de sangue, a qual era verificada a partir de uma investigação profunda, conforme menciona Anita Novinsky:

sabemos que portugueses e brasileiros colaboraram com a Inquisição e muitos que quiseram ajudar na “caça às bruxas”, ostentando o prestigioso título, não puderam fazê-lo, pois o Regimento exigia uma seleção rigorosa [...] As razões das recusas foram várias: ascendência cristã nova (a maioria), “rumores” de “cristã novice”, ascendência negra ou mulata, e ainda mourisca, origens desconhecidas, pobreza, comportamentos não recomendáveis, dúvidas sobre “limpeza de sangue, etc. (NOVINSKY, 1984, p. 26).

Havia a ideia de que todos que faziam parte desse seleto grupo de auxiliares da Inquisição eram homens bons e puros, e somente isso já era suficiente para criar a diferenciação que era necessária para o controle político da sociedade colonial por meio da religião. Muitos cristãos-novos fugidos de Portugal após a conversão forçada em busca da liberdade e prosperidade tiveram êxito e se transformaram em comerciantes, alguns até se tornaram latifundiários. Todavia, essas visitas e a presença constante de Familiares e Comissários da Inquisição revelaram a origem desses indivíduos.

O século XVIII foi o período em que o imaginário social na Colônia já estava difundido, tanto coletivamente, quanto individualmente, acerca dos cristãos-novos. Apesar da sociedade brasileira não apresentar as características repressivas e violentas tais quais avistas nas sociedades ibéricas na Europa, o discurso de intolerância predominava socialmente. Essa situação é escancarada na própria maneira como o processo inquisitorial se deu no Brasil, uma vez que as visitas dos séculos XVI e XVII demonstraram que se ia para onde a heresia está e se envolvia toda a população, criando, de certa forma, diversos “espiões” católicos. A presença dos auxiliares na persona dos Comissários e Familiares, e os pensamentos de constante vigilância, estavam presentes diariamente auxiliando nos objetivos da Coroa e da Igreja.

Anita Novinsky discute que o Tribunal do Santo Ofício teve seu auge no século XVIII pelas condições financeiras do Brasil com a descoberta do ouro e, conseqüentemente, o desenvolvimento do comércio externo, sendo efetuadas as prisões de centenas de pessoas (NOVINSKY, 2009). É importante ressaltar que já na segunda metade do século XVIII nota-se a diminuição dessas prisões com a ascensão do Iluminismo na Europa, fazendo com que o imaginário social e os interesses político-econômicos estivessem em processo de mutação.



Em plena Ilustração, o Tribunal do Santo Ofício continuou a perseguição aos brasileiros, apenas mudando o caráter da subversão: na primeira metade do século XVIII o principal crime de que foram acusados foi o judaísmo, e nas duas últimas décadas desse século, alterou-se o sentido religioso para o político (NOVINSKY, 2002, p. 42).

Portanto, diante do exposto, fica claro que o principal objetivo do Tribunal era acusar os “pecadores” e “criminosos” de acordo com as necessidades e interesses vigentes em cada época, quando essas condições históricas mudavam, o mesmo acontecia com o que era considerado heresia. As mudanças no Brasil Colônia ocorrem quando Marquês de Pombal faz suas reformas entre 1750 e 1777, agrupando e difundindo as ideias iluministas e do despotismo clássico do mercantilismo. Mesmo extinguindo as diferenciações entre cristãos-novos e cristãos-velhos, ele não eliminou por completo a instituição da Santa Inquisição. Conforme afirma Novinsky, “o Tribunal, durante seu governo, continuou ativo. [...] Os comissários e familiares continuaram a vigiar a Colônia, agora sob direta supervisão do marquês, ele próprio ‘familiar do Santo Ofício’” (2002, p. 43).

Esse é o contexto que se insere vida das mulheres nos quatro livros de Anita Novinsky, que compõem a série *Fontes para a História do Brasil e de Portugal*. Os acontecimentos e problemáticas do período, bem como as complexidades e teias de interesses que levaram ao surgimento da Inquisição Ibérica e, posteriormente, a vinda do Tribunal para terras tupiniquins buscando perseguir, controlar e prender cristãos-novos, resultou em um estado de vigilância que perdurou quase três séculos e produziu muitos documentos oficiais, os quais ficaram guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na próxima seção, será tratado individualmente de cada livro por ordem de publicação, do mais antigo ao mais novo, a fim de apresentar as obras e a importância da narrativa construída pela autora sobre as mulheres cristãs-novas.

#### 2.1.4 *Inquisição*: inventários de bens confiscados a cristãos novos

O livro *Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos novos* é o primeiro da série *Fontes para a história de Portugal e do Brasil* (1978), e nele Anita Novinsky buscou apresentá-los acerca de Inventários de 130 portugueses homens cristãos-novos residentes no Brasil ou brasileiros natos, presos entre os anos de 1704 e 1761, provenientes de diversas regiões. No livro, a autora disserta que após a entrada no cárcere, o réu era chamado para fazer a declaração de seu inventário, o qual consistia em realizar um levantamento de todos os bens de determinada pessoa. Nesse mesmo local e na ocasião da sua prisão, já havia um Juiz de

Fisco que tinha conhecimento de todo o processo do réu. Essas declarações, das quais os livros de Razão eram parte das mais importantes, deviam completar os inventários de bens fornecidos à mesa inquisitorial. Os inventários utilizados na presente obra foram extraídos, segundo Novinsky, dos processos individuais de cada réu e selecionados conforme pareciam mais completos e informativos.

Os períodos em que foram feitas as prisões informadas nos processos selecionados coincidem com a época da expansão da produção do ouro, estando a maioria dos réus envolvidos em negócios com as Minas (NOVINSKY, 1978). Essas declarações permitiram reconstruir aspectos do Brasil colonial, bem como compreender transações comerciais, produtos importados e exportados, roupas, móveis, escravizados, os preços do ouro e da prata, além das dívidas, empréstimos, etc. Quando um réu era preso, tudo o que ele possuía era apreendido pelo Tribunal do Santo Ofício, inclusive seus livros, o que é uma informação curiosa contida em alguns processos do livro, pois a autora constatou que foram confiscadas obras raras de medicina, poesia, direito e contos.

As possibilidades de análise que os inventários proporcionam aos pesquisadores de História do Brasil e de Portugal são diversas, pois as fontes permanecem ainda quase intactas, uma vez que poucos pesquisadores tiveram acesso a elas até então. As fontes são auxiliares importantes para obter conhecimento sobre a economia luso-brasileira no século XVIII, permitindo compreender a posição dos cristãos novos no desenvolvimento do capitalismo e do comércio no Brasil Colônia. Outra possibilidade de análise que as fontes proporcionam é verificar como o confisco de bens era feito somente com homens, uma vez que somente eles trabalhavam e faziam parte dos negócios e da aristocracia podendo acumular bens.

Apresenta-se abaixo três quadros para exemplificar as informações contidas no livro a fim de resumir e ilustrar ao leitor o que a autora pesquisou e concluiu.

Quadro 1 – Distribuição Profissional dos Inventariados

Profissão	Quantidade
Lavradores, fazendeiros, roceiros	34
Homens de negócios, contratadores, mercadores, tratantes	29
Mineiros	13
Senhores de engenho	10
Advogados, juiz de fora e tabelião	10
Médicos	7
Militares, capitão de ordenança e tenente coronel	6
Sem ofício	5
Sacerdotes, religiosos	3
Tendeiro e vendeiro	3
Caixeiro	2
Curtidor	2
Capitão-mor	1
Mestre meninos	1
Boticário	1
Aguardenteiro	1
Estudante de Gramática	1
Meirinho	1
Total	130

Fonte: NOVINSKY, W. Anita. **Inquisição:** inventário de bens confiscados a cristãos novos. Séc XVIII. Portugal: Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1978.

Quadro 2 – Local de nascimento

Brasil	Quantidade
Rio de Janeiro	57
Paraíba	8
Pernambuco	1
Bahia	1
Total	67
Portugal	Quantidade
Beira	42

Extremadura	7
Alentejo	5
Trás os Montes	3
Minho	3
Espanha	2
França	1
Total	63

Fonte: NOVINSKY, W. Anita. **Inquisição**: inventário de bens confiscados a cristãos novos. Séc XVIII. Portugal: Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1978.

Quadro 3 – Local de Moradia

Rio de Janeiro	70
Minas Gerais	21
Bahia	20
Paraíba	7
Goiás	4
Pernambuco	4
São Paulo	1
Sergipe	1
Portugal	2
Total	130

Fonte: NOVINSKY, W. Anita. **Inquisição**: inventário de bens confiscados a cristãos novos. Séc XVIII. Portugal: Ed. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1978.

Nos quadros elaborados pela autora em seu livro, ela buscou manter a linguagem conforme o original, mas atualizou a ortografia para facilitar a leitura. Para os quadros acima foi utilizada a mesma linguagem da autora, preservando o escrito por ela. Os dados expostos, que foram tratados e analisados pela autora no livro, são importantes para compreender os mecanismos de funcionamento da Inquisição e as características dos cristãos-novos que foram atingidos pelo Tribunal, uma vez que os dados demonstram que os mais afetados pelo confisco de bens foram os homens, conforme já citado anteriormente.

Isso ocorre devido ao contexto patriarcal da época, o qual não proporcionava que mulheres tivessem o mesmo poder social e aquisitivo que homens, ou seja, os dados explicitam o quanto esse confisco de bens definiu como as mulheres teriam seu trânsito no social e econômico, já que dependiam de seus maridos para tanto na Colônia. Tal cenário não se repetia

enquanto padrão na Europa moderna, uma vez que as mulheres judias, tradicionalmente, tinham participação importante nos negócios. Nota-se que a perseguição inquisitorial ocorreu nas regiões mais ricas e demograficamente mais densas, uma vez que a preocupação principal dos governadores, funcionários reais, militares e religiosos no Novo Mundo era comercializar produtos e enriquecer.

Os inventários apresentados pela autora, exemplificados nos quadros acima, fornecem dados importantes para a história do Brasil e de Portugal, fonte ainda pouco usada e que era desconhecida até Novinsky encontrá-las e catalogá-las, sendo auxiliar importante para o conhecimento da economia luso-brasileira do século XVIII.

### 2.1.5 *Inquisição*: rol de culpados

O livro *Inquisição: rol de culpados* (1992) foi publicado coincidindo com o marco de 500 anos de “descoberta” da América e expulsão dos judeus da Península Ibérica, fazendo com que o momento de lançamento do livro fosse propício para a retomada do debate sobre a diáspora judaica fora do ambiente acadêmico e compreensão de suas consequências para a História mundial e do Brasil. Uma das principais propostas é discutir e repensar, a diáspora judaica de origem portuguesa no Brasil, e o livro leva o leitor a se questionar se ela foi um marco importante para a emigração para outros países.

A obra traz, como sendo um padrão da coleção *Fontes para a História de Portugal e Brasil*, uma relação de nomes por ordem alfabética, mas essa relação não é simplesmente documental, uma vez que expressa os “dramas do cotidiano” ao demonstrar as profissões das pessoas que vieram para cá e suas sentenças, demonstrando as várias faces de um mesmo Brasil. Novinsky destaca que a importância desse livro é, também, a possibilidade de brasileiros e brasileiras verificarem se algum ancestral seu esteve envolvido com o Tribunal do Santo Ofício.

Ao longo da introdução, a autora procura contextualizar o período da Inquisição em Portugal que culminou na diáspora dos cristãos-novos ao Brasil, trazendo para o debate acadêmico uma informação que é, até o momento, nova e pouco discutida no meio acadêmico: não tivemos no Brasil somente visitas do Santo Ofício, mas sim a presença periódica de um Inquisidor e uma estrutura permanente, composta por Comissários enviados pela Coroa e os ditos Familiares, isto é, funcionários da Inquisição escolhidos entre a população em geral para espionagem (NOVINSKY, 1992). Essa informação é um dado importante contido no livro, sendo passível de futuras pesquisas e investigações, uma vez que pode auxiliar a uma revisão historiográfica acerca da história do Brasil.

Esse contexto da Inquisição e informações obtidas foram as fontes necessárias para que fosse composto o livro, pois em 1605 os inquisidores iniciaram a composição de um manuscrito que contivesse o registro do nome de todos os portugueses suspeitos de qualquer crime contra a fé, fossem eles cristãos-novos ou velhos, judaizantes, sodomitas, feiticeiros, hereges etc. e, também, não interessava em qual país se encontrassem, seja Alemanha, América Espanhola, França, todos eram registrados nesse *Livros dos Culpados*, o qual foi achado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em 1965 pela autora (NOVINSKY, 1992, p. 15) e utilizado como fonte.

Anita Novinsky destaca que essas fontes são núcleos de livros, um para os homens e outro, separado, para as mulheres. Grande parte dos nomes desses livros são referentes ao Brasil. A autora fez seu recorte temporal para o presente livro a partir de todos os nomes de brasileiros natos ou portugueses residentes no Brasil, desde o ano de 1605 até o Decreto de Pombal, o qual proibiu a distinção de cristãos-novos e cristãos-velhos. Nesse período abrangido pela autora, figuram um total de 1819 nomes, assim discriminados: 721 mulheres e 1098 homens.

Neste livro, *Inquisição: rol de culpados*, seguindo a regra metodológica do anterior, a autora manteve a transcrição dos nomes conforme o original, mas a ortografia foi atualizada. Ela faz diversos apontamentos nos processos ao descrevê-los para que o historiador que se interessar possa encontrar no Arquivo da Torre do Tombo o processo do denunciante, dentro do qual estarão as referências do denunciado. Dessa forma, é destacado no livro, também, que uma história completa da sociedade brasileira só será possível quando forem despendidos recursos para pesquisas nos manuscritos referentes à Inquisição no Brasil, depositados no Arquivo em Lisboa, Portugal.

Como a lista de mulheres é longa, optou-se por expor dois quadros, o primeiro para ilustrar todas as cidades citadas no livro, e o segundo quadro para ilustrar se as mulheres nos processos contidos eram cristãs-novas ou não.

Quadro 4 – Localidades

Arrayal do Fanado	Goyana	Rio São Domingos
Aruasuary	Irará	Rio de Janeiro
Bahia	Maranhão	Rio das Marés
Bahia do Monte	Minas	Rio do Meio
Bragança	Mobim	Rio das Mortes
Brasil	Nobem	Sabará

Cabo Frio	Norte	Sabrigal
Cachoeira	Olinda	Santos
Caeté	Ouro Preto	São Salvador
Camamá	Papira	São Sebastião
Campinho	Pará	São Paulo
Chedana	Paraíba	Sergipe
Engenho Santo André	Parati	Sertão das Piranhas
Engenho da Uma	Pernambuco	Sítio da Várzea
Engenho Taypu	Piagui	Taens
Engenho Tibiu	Pinhal	Taypa
Engenho Pindoba	Piranga	Tijuco
Engenho do Meio	Pitanguí	Vila Sechoim
Engenho Novo	Pochim	Vila Tibati
Engenho Velho	Recife	Vila Rica
Espírito Santo	Ribeirão	
Forte Velho	Ribeirão do Carmo	

Fonte: NOVINSKY, Anita: **Inquisição: Rol dos culpados**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1992, p. 18.

#### Quadro 5 – Origem das Mulheres

Cristã-nova	615
Parte de cristã-nova	104
Não informada	2
Total	721

Fonte: NOVINSKY, Anita: **Inquisição: Rol dos culpados**. Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1992.

A maior parte das mulheres cristãs-novas residiam nos estados do Rio de Janeiro, na Bahia, em Minas Gerais e na Paraíba, essa informação é importante nesse livro, pois demonstra como muitas delas estavam envolvidas com engenho e posse de escravos, bem como atividades agrícolas. Esses dados demonstram como essas mulheres possuíam papel ativo na sociedade mercantil da Colônia, uma vez que a atividade agrícola foi o que proporcionou maiores condições para o acúmulo de capital no século XVII e início do XVIII, fazendo com que a perseguição por parte do Santo Ofício também se intensificasse. A informação contida no livro *Inquisição: Rol de Culpados* diferente da apresentada no primeiro livro da série, *Inquisição: Inventários de Bens Confiscados a Cristãos-novos*, uma vez que a obra foi escrita quase

quatorze anos após a publicação do primeiro, que se deu em 1978. Novinsky teve acesso a outros processos inquisitórios, que proporcionaram que ela constatasse que as mulheres também possuíam bens e atividade mercantil, fazendo com que fossem alvo do Santo Ofício.

### 2.1.6 *Inquisição*: prisioneiros do Brasil

O livro *Inquisição: prisioneiros do Brasil* (2009) é o terceiro volume de documentos referentes aos réus processados pela Inquisição em terras brasileiras trazido à público pelo trabalho de Anita Novinsky. Após a publicação do primeiro volume, *Inventários de bens confiscados aos cristãos-novos* (1978) e de *Rol dos Culpados* (1992), a autora oferece uma completa relação de condenados luso-brasileiros, a qual muitos autores, tal qual Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas, se referem como a maior já feita até hoje. No livro, Novinsky relata que o número total de processos utilizados como fonte, com uma grande margem, era em torno de 1076 brasileiros durante a época colonial. Número esse que é difícil de precisar, pois os “cerca de 40.000 processos que existem arquivados não estão classificados de acordo com o lugar de origem dos réus” (NOVINSKY, 2009, p. 28). E, para a autora chegar a um número mais absoluto dos brasileiros presos, seria necessário percorrer cada processo individualmente, o que até hoje não foi feito.

Esse número de prisioneiros do Brasil acusados pela Inquisição é contabilizado no recorte temporal que compreende o período desde a primeira visitação ao nordeste, entre 1591 e 1595, até o início do século XIX, uma vez que a Inquisição só foi extinta em Portugal com a Revolução do Porto em 1821. A autora listou os indivíduos em ordem alfabética formando um grande índice antroponímico, separando homens e mulheres. O guia oferece dados sobre o perfil de cada processado: nome, estado civil, moradia, naturalidade, filiação, ocupação e o crime pelo qual era sentenciado. Esses dados proporcionam uma sociologia histórica dos processos e, também, evidências para conhecer os alvos da perseguição inquisitorial.

Ao lado do nome de cada processado há uma informação de suma importância para os pesquisadores: o número do processo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Caso a caso, nota-se situações de judaizantes, sodomitas, bígamos, luteranos, feiticeiros, dentro tantos outros que desviaram da fé católica. O livro propõe uma suposição histórica sobre o reinado de D. João V, possibilitando classificá-lo como o apogeu do seu governo, pois enquanto se exploravam as minas de ouro, o Rio de Janeiro se tornava o eixo do Atlântico português, fazendo com que a quantia de judeus cristãos-novos seja maior naquela região.



A publicação de um livro tão completo e vasto de informações foi possível devido as fontes que a autora localizou e pesquisou (NOVINSKY, 2009, p. 28): *Livros dos Culpados, Cadernos do Promotor, Livro das Confissões, Livro dos Presos Pobres, Livro dos Presos Ricos, Lista dos Relaxados, Mandados não Cumpridos, Lista de Solicitantes, de Sodomitas*, além de tantos outros núcleos contidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e outros 40.000 (aproximadamente) que ainda estavam sem catalogação até o final de suas pesquisas, mas que possuem fontes que merecem ser acessadas futuramente segundo a autora. Uma particularidade do livro é que todos os réus apresentados nele foram presos no Brasil, exceto os brasileiros que se encontravam em Portugal.

A autora separou tabelas com dados sobre os homens e as mulheres que foram sentenciados, seu local de nascimento, origem, crimes e sentenças, bem como as proferidas também no período pombalino, totalizando 778 homens e 298 mulheres. Optou-se por realizar uma única tabela com os dados apresentados por Anita Novinsky, objetivando ilustrar e resumir ao leitor as informações contidas no livro, preservando a ortografia.

Quadro 6 – Informações características das cristãs-novas

Total de prisioneiras por século	
Século XVI	36
Século XVII	9
1ª metade do século XVIII	211
2º metade do século XVIII	14
Século XIX	0
Sem data	28
Total	298
Local de nascimento	
Rio de Janeiro	141
Portugal	47
Paraíba	24
Bahia	14
Pernambuco	7
Pará	6
Espanha	4
Outros	13

Sem dados	42
Total	298
Moradia	
Rio de Janeiro	162
Bahia	41
Paraíba	29
Pernambuco	15
Pará	12
Minas Gerais	5
Portugal (naturais do Brasil)	0
Espanha (naturais do Brasil)	1
Maranhão	1
Nossa Senhora do Rosário de Campinas	1
Sem dados	28
Total	295
Origem	
Cristã-nova	231
Cristã-velha	10
Índia/mameluca	7
Negra/mulata	10
Outras	2
Sem dados	38
Total	298
Crimes	
Judaísmo	222
Sodomia	6
Bigamia	11
Blasfêmia	5
Proposições heréticas	3
Feitiçaria	15
Gentilidades	2
Sacrilégios/apostasia	4
Outros	3

Sem dados	27
Total	298
Sentenças	
Relaxada no braço secular	2
Cárcere e hábito penitencial perpétuo	182
Abjuração/ penitências espirituais	31
Degredo/galés	6
Açoite e degredo/galés	8
Absolvição	5
Outros	9
Sem dados	55
Total	298

Fonte: Elaborada pela autora a partir do livro NOVINSKY, Anita. **Inquisição: prisioneiros do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Os dados contidos nas tabelas demonstram quem eram essas mulheres cristãs-novas que estavam no Brasil, onde nasceram, residiram e quais eram suas origens, bem como os crimes pelos quais foram julgadas. É importante a exposição dessas informações, pois elas desenham o traço identitário dessas mulheres e explicitam, também, como sua origem judaica conferia instabilidade para elas, mesmo que fossem grandes produtoras e comerciantes. A maior parte da moradia é do Rio de Janeiro, podendo ser passível de interpretação que isso é devido aos engenhos que existiam no estado.

As origens étnicas das mulheres presas no Brasil demonstram a sociedade plurirracial colonial, o que auxilia a compreensão de que não havia um padrão homogêneo na comunidade judaica de cristãs-novas que vieram à Colônia de Portugal. Todavia, é importante ressaltar que essa origem étnica também era determinante para as sentenças que eram proferidas, uma vez que a partir da origem dos réus era dada a sentença, não pelos seus crimes.

#### 2.1.7 Gabinete de investigação: uma caça aos judeus sem precedentes

O projeto de publicar documentos ainda inéditos para a história do Brasil e Portugal foi pensando por Anita Novinsky objetivando preencher uma lacuna da existência de um “outro” Brasil, essas novas fontes permitem que haja uma reconstrução de um período que marcou quase três séculos da história e que ainda é pouco explorada por historiadores. A

presente obra documental denominada *Gabinete de Investigação: uma caça aos judeus sem precedentes* (2007) é o IV volume da série *Fontes para a História de Portugal e do Brasil*, constituindo o último da coletânea até o momento publicado pela autora.

O referido livro contém os nomes dos portugueses cristãos-novos e judeus registrados pela Inquisição no *Livros dos Culpados*, os quais se encontravam fora de Portugal, principalmente na Holanda e Brasil, e que os inquisidores tinham o interesse de permanecer monitorando. O recorte temporal abrange de 1606 até 1685, referindo ao período de ocupação holandesa no Nordeste do Brasil. A autora acrescentou a este volume os nomes publicados no livro *Rol dos Culpados* de 1992, pois a obra foi esgotada nas editoras. O principal objetivo do livro, portanto, era exemplificar quem eram esses portugueses que haviam se expatriado e espalhado pelo Novo Mundo e pelo norte da Europa, buscando conhecer as conexões financeiras e os vínculos familiares entre Holanda e Brasil durante o século XVII.

A discussão acerca dos pedidos de perdão feitos pelos cristãos-novos aos reis é um dado novo trazido pela autora, demonstrando como essas cartas de remissão impedia por um ano que uma pessoa fosse executada e também limitava o confisco de bens que acompanhava a pena, ou seja, perdoava o ato e cancelava toda penalidade e prejuízos civis que pudessem resultar restaurando a boa reputação do requerente, mas por tempo limitado. Todavia, esse perdão foi uma farsa, pois os inquisidores continuavam a perseguir mesmo com a chegada de Bula do Perdão Geral. Várias outras questões históricas vão sendo corroboradas ou explicadas por Novinsky na introdução do livro, buscando explicar ao leitor com que olhar devem ser lidas as informações documentais contidas na obra.

O próprio título do livro é sugestivo, pois, conforme comparado pela autora (NOVINSKY, 2007, p. 23), em nenhuma época antes do nazismo foi elaborado um programa antissemita tão longo e organizado como o de Portugal. Durante mais de dois séculos, a Igreja manteve literalmente um “Gabinete de Investigação” sobre os cristãos-novos, buscando de geração em geração os descendentes de judeus. O termo “caça aos judeus” também tem seu cunho histórico, pois muitos portugueses, por terem antepassados cristãos-novos, perderam bens e oportunidades na vida, tendo sua liberdade restringida.

A coletânea de processos de 721 mulheres anexados à segunda metade do livro são os mesmos apresentados em *Rol dos Culpados*, portanto, optou-se por formular uma tabela com os dados de origem de mulheres cristãs-novas expostos pela autora do Brasil, Amsterdam, Flandres e Holanda, bem como as que não tiveram lugar declarado para exemplificar e resumir os dados novos apresentados.

Quadro 7 – País de origem das cristãs-novas

Brasil	
Origem	Quantidade
Cristã-nova	17
Cristã-velha	2
Não informada	6
Total Parcial	25
Amsterdam	
Origem	Quantidade
Cristã-nova	22
Cristã-velha	0
Não informada	6
Total Parcial	28
Flandres	
Origem	Quantidade
Cristã-nova	11
Cristã-velha	0
Não informado	1
Total Parcial	12
Holanda	
Origem	Quantidade
Cristã-nova	1
Cristã-velha	0
Não informado	3
Total Parcial	4
Total Geral	69

Fonte: Elaborado pela autora a partir do livro NOVINSKY, Anita. **Gabinete de investigação:** uma “caça aos judeus” sem precedentes. São Paulo: Humanitas, 2007.

Esses dados são importantes para compreender as ligações financeiras entre Brasil e Europa. A autora separa a capital da Holanda e o país em si, mas é válido ressaltar que essa foi a nação com maior vínculo financeiro e familiar com o Novo Mundo, uma vez que Brasil e Holanda estavam intimamente ligados durante o século XVII e, de certa forma, dependiam do apoio dos judeus, principalmente em Amsterdam, devido a Companhia das Índias Ocidentais, e Pernambuco devido aos negócios locais que possuíam. O fato também de alguns nomes

estarem separados, tal qual a capital da Holanda, e haverem processos descritos como “lugar não declarado” se dá devido aos escrivães da época terem pouco conhecimento geográfico ou sobre a ortografia de nomes em hebraico.

## **2.2 Mulheres na história: das “margens” a sujeito de análise**

Partindo do surgimento dos primeiros grupos humanos até a contemporaneidade, são contabilizados milhares de anos e, em meio a esses períodos, os registros de fatos e processos históricos, em sua maioria, são desfocados os feitos femininos, deixando às mulheres um papel de marginalidade e quase sem importância. Nesse processo histórico, as sociedades foram construindo mecanismos de convívio em grupos, que foram baseados em um protagonismo masculino deixando ao feminino somente a subordinação e coadjuvantismo, estando presente esse modelo político-social nas comunidades ocidentais – cristãs – e na sociedade brasileira desde o período colonial até o século XXI.

Diante desse contexto de subordinação da figura da mulher nos espaços, é importante destacar que os métodos científicos que direcionaram pesquisas no campo da historiografia na segunda metade do século XIX, relegaram aos destinos individuais um segundo plano, focando nas visões totalizantes que ignoravam as participações de indivíduos nos processos sociais. As histórias de vida das pessoas desempenhavam um papel ilustrativo, sendo possível, assim, compreender o porquê da produção historiográfica até a década de 1980 não fornecer representatividade às mulheres em suas abordagens.

Todavia, nas últimas décadas do século XX, com o surgimento da Nova História Cultural, diversos pesquisadores mudaram ou ingressaram nessa nova corrente historiográfica, desenvolvendo um diálogo interdisciplinar com a antropologia, a linguística e a psicologia, por exemplo, modificando as perspectivas de análise acerca dos indivíduos, conforme afirma Cerutti (1998). Portanto, com o passar dos anos, consolidaram-se diversos estudos sobre as mulheres<sup>16</sup>, uma vez que a História Cultural direcionava seus estudos às múltiplas vivências de agentes da vida social, modificando os objetos de estudo dos historiadores ao olhar para um processo histórico.

Dessa forma, utilizando fontes e documentos pouco pesquisados, novas formas de analisar e pensar a história têm permitido que grupos e/ou pessoas que antes não eram foco de pesquisas, sejam vistos como agentes ativos na história e que seus feitos ganhem registros, bem

---

<sup>16</sup> Alguns exemplos podem ser as obras de Natalie Zemon Davis em "Mulheres e o Mundo do Annales", Michele Perrot em "Mulheres ou os silêncios da História" e Lynn Hunt em "A nova história cultural".

como espaços para a compreensão da história na atualidade. É nesse contexto que as cristãs-novas se inserem na produção historiográfica de Anita Novinsky, pois construir uma narrativa que as coloca como sujeitos que existiram e sofreram os feitos da Inquisição no Brasil, é vinculá-las a um papel valorativo que foi essencial para a construção do Brasil.

Burke (1992) destacava que havia pouco a ser dito sobre as mulheres por falta de provas, uma vez que existia uma tendência dentro da historiografia que seguia uma postura parcial, deixando claro seu perfil excludente em relação as mulheres nos segmentos e processos sociais. Esse processo de insignificância, conforme afirma Perrot (2012), quase sempre foi justificado pela ausência de fontes históricas sobre a existência de mulheres. Nota-se que Novinsky teve influência dessa tendência, parte devido a sua formação, mas também por ter se dedicado a encontrar processos inquisitórios em que mulheres foram citadas e catalogar isso para dar existência a essas pessoas.

O desenvolvimento de diálogos interdisciplinares dentro da formação de Anita Novinsky consolidou a corrente historiográfica que pertence. Carlo Ginzburg se destaca nessa forma diferenciada de tratar as fontes, pois contribuiu para romper a abordagem tradicional do pensamento histórico, permitindo que o historiador possa trabalhar com pequenas pistas. As fontes utilizadas por Novinsky se encaixam nas ditas “fontes oficiais” para a historiografia tradicional, pois são arquivos e registros da coroa portuguesa. No entanto, Ginzburg (1991) destaca a necessidade do estudo de pequenos grupos sociais dentro dessas fontes, uma vez que esses estudos podem fornecer informações importantes para compreender os processos históricos.

Fazendo uso de outra corrente da História Cultural, os aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural, conforme cita Pierre Bourdieu (1996), são estudos que buscam elucidar como a sociedade consegue reproduzir nos indivíduos suas estruturas morais, políticas, religiosas, e afins, e, também, destaca como essa reprodução acontece articulada a espaços conflituosos e plurais. Ou seja, destaca-se aqui como o poder simbólico é algo invisível, exercido em uma sociedade, sendo percebido nas obras de Novinsky quando ela relata os ocorridos da Inquisição e a forma como colocou esses sujeitos, homens e mulheres nas margens.

Todavia, é interessante como a autora trata em sua coleção de livros os personagens enquanto “sociedade brasileira colonial” (NOVINSKY, 1992), fazendo com que seu estudo seja uma fonte para a memória social dos indivíduos, não priorizando uma história a partir da visão dos homens ou das mulheres, mas apresentando uma opção narrativa que indica um pressuposto

que há sujeitos ativos na história, oferecendo fontes aos historiadores e defendendo sua prática em contar a história dos “esquecidos”, ou seja, dos cristãos-novos. A história da memória voltada a esse grupo histórico sensibiliza para questões do passado e o papel desses homens e mulheres para a identidade coletiva, bem como um elemento essencial para a análise da cultura e política da sociedade colonial brasileira.

Dialogando com Le Goff (2003), o historiador deve trabalhar com as fontes de forma que todos os grupos sociais possam ter registrados seus feitos e serem reconhecidos. Portanto, nessa perspectiva, registrar a história das mulheres é uma nova modalidade historiográfica para questionar os modelos tradicionais de análise, vinculado à concepção, trazendo à luz da presente pesquisa de que as mulheres cristãs-novas possuem historicidade.

A emergência de uma História das Mulheres surgiu entre os anos 1960 e 1970, no ápice dos movimentos em busca de uma política feminista na Europa e nos Estados Unidos, conforme afirma Scott (1992). A inclusão dessa forma de análise no campo historiográfico foi significativa, pois os conceitos e as abordagens teóricas utilizadas eram de caráter universal, ou seja, atribuíam aos sujeitos na história a categoria “homem”. Então, ao falar de “homens”, as mulheres estavam inclusas e toda uma sociedade também. Conforme descreve Tedeschi (2012), o sujeito unitário, cartesiano e centrado que está na gênese do projeto científico é macho, branco e europeu, o que está muito longe de representar um ser que traduza algo decunho universal.

Dessa forma, a preocupação de uma narrativa histórica que predomine o público e o político que exalte os homens e seus atos heroicos excluía, quase que por completo, as mulheres enquanto produtoras de história. Essa forma narrativa privilegiava o uso de fontes oficiais (diplomáticas, militares e administrativas) focando somente onde apareciam personagens masculinos, esquecendo da figura feminina. A desconstrução dessa narrativa histórica enquanto única e verdadeira possibilitou a expansão das pesquisas sobre as mulheres facilitando, então, o surgimento da História das Mulheres.

Ao observar as obras de Novinsky, é necessário novas interrogações e outro olhar sobre as fontes, observando o masculino e o feminino em suas interações sociais. A introdução da categoria “gênero” na análise historiográfica por Joan Scott, no final da década de 1980<sup>17</sup>, possibilita que o instrumento analítico tenha por principal objetivo demonstrar as construções sociais acerca do “masculino” e “feminino”. Scott sustenta que a imagem feminina é constituída por representações simbólicas e normativas, que são expressadas por

---

<sup>17</sup> O texto de Joan Scott, “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, foi publicado pela primeira vez em 1986 na Revista *The American Historical Review* e traduzido de sua versão francesa de 1988 por Guacira Lopes Louro e publicado na Revista *Educação e Realidade*, em 1990.



doutrinas religiosas, políticas e científicas que, até então, baseavam-se na oposição binária entre os sexos. A utilização do conceito de gênero, portanto, auxilia a demonstrar os papéis que “masculino” e “feminino” possuem nas diferentes sociedades e tempos históricos, ou seja, como são construções socioculturais.

Todavia, conforme afirma Rago (1995), não cabe aos estudos históricos a utilização do termo mulher sem adjetivá-la: operárias, transexuais, homossexuais, judias, negras, indígenas, etc.

Tal pluralidade de experiências indicaria que as práticas sociais presentes nos sistemas de poder e subordinação e as desigualdades sociais podem conter outras, de complementaridades e de consentimentos, situações transversas, o tempo todo de mão dupla, dialéticas, enfim (COSTA, 2003, p. 196-197).

Tendo isso em vista, as narrativas construídas por Anita Novinsky ao trazer processos administrativos da Coroa Portuguesa que citam mulheres, deu visibilidade ao fazer histórico, descrevendo suas experiências e desafios. A escrita da história possui esse papel importante de reconhecimento, além de comprovar que as mulheres foram muito mais do que somente coadjuvantes de contextos sociais, mas sim protagonistas de suas próprias histórias. Vincular a história das mulheres à produção do conhecimento histórico é um esforço, de certa forma, recente e possui uma grande importância na historiografia, pois incorpora a concepção de que as mulheres possuem historicidade pertinente às relações cotidianas. A revisão no modo de fazer história foi essencial para romper essa marginalidade imposta pela historiografia tradicional.

A história das mulheres na atualidade é marcada por diversas divergências e debates conceituais, devido as diversas correntes presentes na historiografia e o conceito de gênero enquanto instrumento analítico também é fruto de debate, porém, essas tendências são mecanismos indispensáveis para compreender processos sociais que foram marginalizados. Uma narrativa histórica, conforme cita Rüsen (MALERBA, 2016, p.48) está atrelada à mediação da memória e ela mobiliza a experiência do tempo passado, que está gravado nos arquivos e fontes históricas, de modo que a experiência no tempo presente torne-se compreensível. Sendo assim, é papel das historiadoras e historiadores continuar a escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente.

A Nova História Cultural possibilitou a fragmentação desse sujeito universal, sendo possível recortar as cristãs-novas de uma coletânea tal qual a de Anita Novinsky, abrindo espaço para estudo de uma “minoria”, buscando compreender suas representações e identidades dentro da historiografia da autora, a qual insere-se em um campo de relações

sociais e de poder. As mulheres devem ser inseridas no campo de estudo da História como sujeito ativo, pois ao escrever uma História das Mulheres, se escreve sobre a história de uma sociedade.

Portanto, a partir do elucidado anteriormente, é possível compreender como os métodos utilizados pelos pesquisadores historicizam a experiência dos sujeitos no tempo. As obras de Novinsky são uma criação narrativa que, a partir do uso de critérios de cientificidade, transmitem a intenção comunicativa da autora. Ao contextualizar as obras individualmente e em seu conjunto, bem como discutir sobre as perspectivas orientadoras da autora, pode-se compreender os métodos que ela utilizou para colocar as mulheres cristãs-novas enquanto sujeito de análise. Estudar as representações dessas mulheres, o que será tema do próximo capítulo, é essencial para compreender essa forma marginal em que eram postas e, principalmente, verificar o contexto abordado acima, a fim de entender como se construíram discursos e suas construções identitárias, que circundam as representações.

### III AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES CRISTÃS-NOVAS NA HISTORIOGRAFIA DE ANITA NOVINSKY

Aqui nos propomos analisar as representações sobre as mulheres cristãs-novas, entre os séculos XVI e XVIII, construídas na historiografia de Novinsky. Objetiva-se identificar os elementos identitários das mulheres cristãs-novas, vislumbrando possibilidades de descobertas acerca das relações sociais, tais como estereótipos de uma época marcada pela dominância do masculino e do poder da Igreja no período inquisitório. Compreender as construções das narrativas acerca da mulher cristã-nova propicia uma visão das representações existentes na época abordada nos livros *Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978); *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992); *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)* (2002), e, por fim, *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007). Estudar as representações dessas mulheres é essencial para compreender a forma marginal em que eram postas e, principalmente, verificar o contexto abordado nos outros capítulos a fim de entender como se construam os discursos e suas construções identitárias que circundam as representações.

Tendo isso em vista, a primeira parte do capítulo versará sobre os conceitos de cultura, identidade e representação; na segunda parte, iremos problematizar a construção da identidade das cristãs-novas nas obras da autora, bem como do período histórico em que estão inseridas através da análise do discurso das narrativas sobre as mulheres cristãs-novas nas obras de Anita Novinsky.

#### 3.1 Cultura, identidade e representação dos sujeitos

Para iniciar a construção de uma noção sobre as questões que permeiam a identidade e o sujeito sobre as cristãs-novas nos estudos de Anita Novinsky, é importante considerar que a escrita da autora se encontrava num momento em que havia uma sociedade marcada por mudanças e descentramentos, ocasionados pela Nova História. Laura de Mello e Souza situa os estudos de Novinsky nesse período entre o cruzamento da História Cultural com a História das Mentalidades, indicando as novidades de sua abordagem:

A autora procura entender o universo mental e cultural [...]. O aspecto religioso só lhe interessa na medida em que lança luz sobre a cultura, mesmo porque as evidências históricas não indicam que houvesse maior ênfase naquele plano (SOUZA, 2007, p. 31).

Esse momento historiográfico fez com que houvessem alterações sobre as noções de tempo e espaço, as estruturas que eram vistas como fixas se tornaram voláteis, possibilitando o surgimento de uma pluralização dentro dos centros de poder que existem na História. O conceito de identidade passou a ter caráter diferenciado em relação à identidade iluminista e sociológica, por exemplo, uma vez que desarticulou estabilidades, mas possibilitou novas formas de se conceber as identidades (HALL, 2006).

Stuart Hall, teórico cultural e sociológico, baseado nos estudos de Marx, Freud, Lacan, Foucault e nos estudos feministas, afirma que esses foram os grandes colaboradores para o descentramento dos sujeitos (2006). Ao permear esse campo semântico, se torna importante entender os processos identitários superando os paradigmas da modernidade assim como a concepção do iluminismo, ou seja, um indivíduo centrado e unificado. Essa concepção de sujeito, que propõe uma perspectiva contemporânea de sujeito e identidade, estabelece um diálogo com a literatura, uma vez que pode ser pensando em personagens planas nos livros de Anita Novinsky, ou seja, personagens que não se transformam ao longo da narrativa, mas sim possuem uma identidade fixa e imutável do início ao fim da narração.

Todavia, é importante refletir que ao mesmo tempo que esse sujeito é imutável, ele também é representado conforme a identidade adquirida pela relação entre o eu e a sociedade. Apesar de existir essa ideia fixa do Iluminismo, tem-se as transformações sociológicas dos sujeitos e a concepção de que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11).

A constituição identitária pode, então, ser compreendida como um processo que se dá mediado pelas relações com as pessoas, os símbolos, os sentidos e a cultura. O sujeito vai se constituindo conforme internaliza esses valores que permeiam o social. Dessa forma, adentrando no objeto de estudo da presente dissertação, pode-se compreender que a narrativa de Novinsky traz diversos elementos identitários, os quais constroem uma identidade individual e coletiva desses sujeitos.

A necessidade de considerar o “documento enquanto monumento” (LE GOFF, 1996) significa pensar o documento não somente como vestígio do passado, mas sim como representação de mundo do seu autor, como uma construção cognitiva intencional capaz de produzir uma memória ou memórias selecionadas para permanecer na história. Os arquivos inquisitoriais permitem o acesso do historiador a uma época, ao modo com o qual as pessoas pensavam o mundo e a si próprio, bem como os valores que as guiavam, os medos, os preconceitos etc., sendo fonte importante para a leitura do imaginário, fornecendo temas para

se pensar como e por que as pessoas agiam de tal forma, auxiliando na compreensão da narrativa histórica.

Pode-se afirmar que o discurso é lugar de constituição de memória e identidade. Como nos lembra Agamben, “o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso; porém este trânsito, este instante, é a história” (2008, p. 68). E essa reflexão está vinculada à condição humana de simbolizar na linguagem, já que aquele que representa a linguagem faz nascer em seu discurso a experiência do acontecimento, e aquele que ouve recria, criando um movimento de constantes reformulações por meio de discursos, já que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse” (BENVENISTE, 1995, p. 31). Portanto, nota-se que é a partir do simbólico na linguagem que permite que o discurso seja constituinte da memória e identidade. Nas palavras de Machado e Reichert:

La cuestión es que, en la narrativa histórica, encontramos contenidos temporales correspondientes a los acontecimientos pasados y a su enunciado/discurso, los cuales, a partir del programa metodológico definido por el historiador, traducen una concepción de historia, un diseño de identidad, permitiéndonos problematizar la plausibilidad científica de su contenido y su significación sociocultural. [...]entre tantas cuestiones, destacamos un elemento nuevo de comprensión que proporciona un modo de ver acerca de la relación entre la historia, como proceso social y como disciplina, y la literatura, como una forma de expresión artística de la sociedad poseedora de historicidad y como fuente documental para la producción del conocimiento histórico (2018, p. 138).

Nesse sentido, para Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos só exercem poder de estrutura na história porque seu poder é construtor de realidades, ou seja, esse poder simbólico constituinte de memória e identidade tem, explicitamente, uma função social e política “de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação [...] de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Enfim, as narrativas, como símbolo, traduzem-se num lugar onde se articulam o social e sua representação, pois a memória enquadrada na escrita retorna ao cotidiano como um jogo político pela construção/reconstrução/manutenção de identidades social e cultural.

Como parte da narrativa, a análise do discurso, da mesma maneira que os Estudos Culturais, também rejeita a ideia do sujeito cartesiano e totalmente centrado (ORLANDI, 1998), a perspectiva é de um sujeito descentrado. Essas abordagens teóricas encaram o sujeito como um ser social, um ser constituído a partir do curso e que é mutável a partir dele. Não há como existir identidade sem sujeito e também sujeito sem discurso, uma vez que as identidades não são homogêneas, elas se transformam no movimento da história (HALL, 2006; ORLANDI, 1998, 2006). Isso pode ser exemplificado quando Novinsky cita que,

o conceito de marrano, quando colocado no contexto brasileiro, adquire uma dimensão muito mais ampla do que lhe foi conferida por alguns historiadores. É impossível basear-se nos processos inquisitoriais e sem o confronto de outros documentos perceber a veracidade das confissões [...] uma vez que longas confissões do judaísmo tiveram sua tradução conforme quem a lia, ou interpretava (2009, p. 27).

Ao compreender que as identidades dessas personagens históricas são constituídas também discursivamente, refere-se a um sujeito polifônico, que se constrói pela linguagem “um ator que opera entre possibilidades disjuntas, e/ou contraditórias, que (des)articula, que se faz nó, encruzilhada a partir da multiplicidade heterogênea e polifônica dos códigos e narrativas sociais a que está exposto” (SIGNORINI, 1998, p. 336). Portanto, esse é um processo identitário que traça o sujeito das cristãs-novas nas obras enquanto um sujeito construído pelas múltiplas formas de linguagem. O sujeito não está nos dizeres propriamente ditos de Novinsky, mas sim nos sentidos históricos dados por ela,

as mulheres eram vistas pelos Inquisidores como as hereges mais perigosas. As ‘confissões’ e ‘sessões de crença’ nos permitem extrair um perfil do comportamento feminino e as motivações que levam a sua tenacidade e perseverança na manutenção da fé antiga. Suas atitudes e opiniões sobre os cristãos-velhos, sobre a Igreja, sobre os padres, a confissão, os dogmas, sobre o Papa, sobre Deus, o amor, a morte e principalmente sobre a Inquisição, escoam das páginas dos processos e nos fornecem material, as vezes único, sobre o cripto-judaísmo na América (NOVINSKY, 2007, p. 17).

Os sentidos não podem ser concebidos fora das suas relações sociais, visto que “as condições sociopolítico-ideológicas mapeiam, num dado momento histórico-social, as possibilidades de expressão e, portanto, de produção de sentido pelo sujeito” (CORACINI, 2007, p. 9). Dessa forma, os sentidos construídos estão marcados pelo contexto ao qual esses sujeitos estão inseridos, por exemplo:

Na América do Sul, o quadro que encontramos é diverso, a começar pelo fato de que nem discretamente a religião judaica era permitida. Diferentemente dos que retornaram à Holanda e outras partes do mundo, onde a sociedade cripto-judia apresentou grande mobilidade com atividades econômicas (NOVINSKY, 2007, p. 18).

Segundo Orlandi (1998), os sentidos não podem ser vistos a parte dos sujeitos, ou seja, a produção de sentidos na escrita implica diretamente na produção de sujeitos

Sujeito e sentidos se configuram ao mesmo tempo e é nisto que consistem os processos de identificação [...]. Identificamo-nos com certas ideias, com certos assuntos, porque temos a sensação de que eles ‘batem’ com algo que temos em nós. Ora este algo é o que chamamos de interdiscurso, o saber discursivo, a memória dos sentidos que foram se constituindo em nossa relação com a linguagem. Assim nos filiamos a redes de sentidos, nos identificamos com processos de significação e nos constituímos como posições de sujeitos relativas às formações, em face das quais os sentidos fazem sentidos (ORLANDI, 1998, p. 206).

Essa memória discursiva diz respeito, portanto, a uma construção e elaboração de um sujeito que se constitui socialmente e também carrega em si o outro, que é transformado por ele,

Toda generalização sobre a religião dos cristãos-novos no Brasil é enganosa. No que diz respeito a condição feminina, esta variou de região para região dependendo da classe social e do tipo de família a que pertenciam. [...] Assim como nos regimes totalitários contemporâneos, a Inquisição tratava de criar o inimigo para legitimar e justificar o sistema (NOVINSKY, 2009, p. 24).

Tendo em vista essas questões de identidade e subjetividade, há também um processo de resistência dentro das produções de sentidos atreladas à produção discursiva, que se configura, então, como um território marcado por divertidos sentidos “conflitos e lutas sociais, no qual surgem e se transformam diferentes significações” (KASSAR, 2000, p. 45). As identidades, portanto, se constituem como o resultado dessa força entre representações impostas por quem detém o poder de classificar e nomear, de aceitação e resistência que cada comunidade ou indivíduo produz de si mesmo (CHARTIER, 1990) e de quem produz de sobre o outro.

A narrativas produzidas por Anita Novinsky em suas obras não necessariamente expõem os discursos dos sujeitos, pois as cristãs-novas não narram a si mesmas nos livros. É apresentada uma listagem de mulheres que foram degredadas para o Brasil e diversos outros países na Idade Moderna, porém, a autora representa e narra os contextos históricos a partir de um discurso que se torna um ato político, possibilitando que o “eu” seja dito e interpretado pelo outro, pelo olhar da historiadora, como, por exemplo, quando ela cita que “a caça aos judeus foi fenômeno semelhante, não quanto ao conteúdo, mas quanto ao caráter à ‘caça às bruxas’” (NOVINSKY, 2009, p. 25) Por outro lado, Novinsky narrando esse período histórico com essas mulheres cristãos novas, também constrói sua(s) própria(s) identidade(s), por que falar é interpretar diretamente a partir da narrativa (CORACINI, 2007, p. 19).

Em síntese, as perspectivas de cada autor e orientações teóricas é o que fundamental o sujeito, sujeito esse que não é centrado e é heterogêneo, pois sua identidade é constituída pelo social, pela linguagem e pela narrativa, ou seja, são redes de significações que baseiamos estudos de determinado autor que possibilita (re)significar o sujeito.

Um ponto destacado por Novinsky em sua coleção de livros, e difundido posteriormente por Lina Gorenstein, é de relevante importância para que se possa compreender as representações e construções identitárias dessas mulheres no Brasil Colônia: o criptojudaísmo. Segundo Boxer (2002), o criptojudaísmo foi uma religiosidade de caráter múltiplo que nasceu sob o signo da intolerância e à sombra do cristianismo. Devido a essas

características, o criptojudáismo não apresenta um caráter uno, mas sim diverso, múltiplo e, por vezes, discordante. Cabe destacar que cada criptojudeu foi encarregado, a partir da vivência do grupo em que estava inserido, a levar adiante a memória de sua religião ancestral. Essa manifestação religiosa surgiu, principalmente, em estados do Nordeste e Sudeste brasileiro na era colonial, uma vez que no judaísmo tradicional a família era considerada como a menor unidade social onde a herança cultural e religiosa do judaísmo era transmitida (NOVINSKY, 2007, p. 12).

Dentro dessa prática religiosa, as figuras femininas ganham destaque (GORENSTEIN, 2005), uma vez que assumiam papéis que não eram normalmente ocupados por mulheres, como lugares de liderança, por exemplo. Verificando as listagens expostas por Novinsky nos livros, nota-se que a quantidade de mulheres condenadas é menor que a de homens referente ao crime de práticas judaizantes na América Portuguesa. Isso se deve, em grande parte, devido às próprias características das fontes pesquisadas pela autora, ou seja, as documentações inquisitórias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pois cabe lembrar que foram documentos produzidos e reunidos dentro das teias do Santo Ofício português, carregadas de valores do período. Outro fato que também propicia com que não haja uma exposição específica sobre o personagem histórico “mulher” dentro das obras de Novinsky, mas sim um apanhado geral sobre, é o fato de que essa temática acerca do feminino acoplado aos estudos de gênero não era o objetivo da autora nesse momento da sua pesquisa ao publicá-las, mas, posteriormente, nota-se que a autora utilizou dessas pesquisas para outras produções científicas<sup>18</sup>.

Nota-se nas obras da autora que as mulheres mantiveram vivas as práticas criptojudáicas dentro da colônia portuguesa, mesmo com tantas adversidades. A representação dessas mulheres para o período inserido nas obras de Novinsky permite vislumbrar às maneiras de resistência que esses sujeitos encontraram para poder se manifestar religiosamente, as diferentes formas de ser uma cristã-nova dependia de muitas variáveis sociais, como por exemplo, sua herança, a qual família pertencia e o grupo criptojudáico que a orientava,

Os processos inquisitoriais contêm informações diversas sobre a sociedade colonial. A situação econômica das famílias, o nível cultural, o número de filhos, os costumes e as crenças podem ser reconstituídas através da análise dessa documentação. E, dentro dessas documentações é que se vislumbra as diferentes condenações conforme o lugar que se ocupava na sociedade (NOVINSKY, 2007, p. 18).

---

<sup>18</sup> Pode ser citado com um grandioso trabalho da autora o publicado no congresso *Rosto feminino da expansão portuguesa*. Lisboa, Portugal: *Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres intitulado “O papel da mulher no criptojudáismo português”*.



As informações e referências que existem dentro da historiografia de Anita Novinsky sobre a mulher cristã-nova muitas vezes é inserida dentro da figura da mulher enquanto “líder espiritual”, mas não existe uma quantidade significativa de fontes sobre o lugar que ocupou a mulher na sociedade ibérica colonial (BOXER, 2002). Novinsky afirma que não é possível estimativas demográficas apoiadas em bases científicas, pois os arquivos oficiais sobre o Novo Mundo não possuem a qualificação “cristão-novo” entre eles como um dos primeiros colonizadores na América Portuguesa, só os arquivos inquisitoriais possuem (2009, p. 28)

O Brasil foi refúgio para os portugueses que queriam escapar da Inquisição e sua história, apesar de inseparável da cultura portuguesa, deve ser entendida a partir do contexto brasileiro colonial. Ou seja, a postura dos portugueses na colônia em relação a condição feminina foi mais dura, rigorosa e conservadora que as dos espanhóis em suas colônias (NOVINSKY, 1978). Essa postura se aplica não somente a situação da mulher, mas também a todo sistema de organização colonial, que não permitiu a imprensa, a livre leitura ou Universidades na colônia. A mulher no Brasil nunca teve a mesma representação que as mulheres na América Espanhola, apesar das leis terem sido violadas ininterruptamente nas vivências cotidianas (NOVINSKY, 1992, p. 72).

Toda genealogia das cristãs-novas que estão presentes nas obras de Novinsky estão mescladas com cristãs-velhas, isso porque havia punição para os homens que se casassem com mulheres de descendência judaica e quisessem concorrer a cargos oficiais, pois o comprometimento sanguíneo foi uma constante no império português. Apesar de não possuir material suficiente para tanto (NOVINSKY, 1992) pode ser possível construir esse modelo social e estrutura acerca da mulher cristã-nova no Brasil com base nos processos apresentados.

A religião judaica sobreviveu de forma clandestina no Brasil, sendo a mulher a personagem fundamental que representou a continuidade nas práticas judaizantes (NOVINSKY, 1992, p. 79). Dentro desse contexto histórico, não é possível que sejam feitas generalizações, uma vez que as representações das condições femininas, que ficam claras nas obras, variou de região para região, de classe social e que tipo de família pertenciam no Brasil Colônia. Os processos inquisitoriais utilizados por Novinsky deixam claro esse fato, por meio da análise que a autora fez sobre eles.

### **3.2 Representação da mulher nos estudos inquisitoriais**

As obras de Novinsky fornecem uma visão abrangente a respeito dos penitenciados pelo Tribunal do Santo Ofício, uma vez que a autora fez uso de fontes diversas, tal quais: *Livros dos Culpados*, *Cadernos do Promotor*, *Livro das Confissões*, *Livro dos Presos Pobres*, *Livro*

*dos Presos Ricos, Lista dos Relaxados, Mandados não Cumpridos, Lista de Solicitantes, de Sodomitas*, além de outros núcleos (NOVINSKY, 2009, p. 30) do Arquivo da Torre do Tombo, demandando diversas idas ao Arquivo e demorou décadas para ser finalizado, sendo esse levantamento da autora o mais completo já publicado no Brasil. Dentre as obras, foram indicados em torno de 1.076 presos de ambos os sexos, os quais os processos inquisitoriais foram iniciados no Brasil.

Nesse levantamento feito por Novinsky, o último livro da obra denominado *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes*, publicado em 2007, indica que houve “1.076 prisioneiros, entre homens e mulheres (excluídos os sem dados), 46,13% dos homens e 81,92% das mulheres foram acusados de judaísmo” (2007, p.44). Esses números expostos no último livro é um panorama geral feito pela autora dos processos estudados no ANTT. Dentre tantos processos, há três personalidades femininas que ganharam destaque, nos estudos de Ronaldo Vainfas e Angelo de Assis, os quais também fizeram uso dos processos catalogados por Novinsky para a pesquisa: Ana Rodrigues, que foi beneficiada pela bula do Perdão Geral em 1604. Sobre ela, Novinsky cita que:

Recuperaram em 1605 a liberdade 410 prisioneiros, entre os brasileiros que haviam sido presos nas investidas inquisitoriais na Bahia e Pernambuco, no final do século XVI. Entretanto, esse ‘perdão’ foi uma farsa, pois não se interromperam as perseguições. Alguns meses após a chegada da Bula do Perdão Geral, realizou-se em Portugal um auto-de-fé, o que mostra que os Inquisidores não levavam muito em conta as decisões de Roma (2007, p. 16).

Essa mesma cristã-nova foi denunciada novamente na Segunda Visitação, em 1618. E, também, Tereza Paes de Jesus (1720) e Guiomar Nunes (1731), a primeira morada do Rio de Janeiro e a segunda na Paraíba. Durante a ação da Inquisição na colônia, Tereza e Guiomar foram mandadas de relaxar à justiça secular em carne<sup>19</sup>. Já Ana Rodrigues foi relaxada em estátua<sup>20</sup>. Todas as três personas foram acusadas de praticar a religião judaica. Referente à Ana Rodrigues, Angelo de Assis cita que

Idosa e doente, vingar-se-ia da prisão morrendo no cárcere, o que não a livraria de ser processada pela Inquisição, condenada ao “braço secular” e relaxada em efígie, tendo sua memória amaldiçoada e os ossos desenterrados, “queimados e feitos em pó em detestação de tão grande crime”. Para evitar que seu exemplo fosse repetido, um quadro retratando-a entre labaredas e seres demoníacos ficaria exposto na igreja de Matoim, onde morara, a mando do Santo Ofício. Além da matriarca macabéia, outras gerações de familiares sofreriam acusações, e alguns deles seriam processados pela Inquisição: Heitor Antunes, seu falecido marido; Beatriz, Violante e Leonor, suas filhas, e a neta, Ana Alcoforado. Como os Macabeus bíblicos que lhe emprestaram o

<sup>19</sup> Explica Elias Lipiner (1977, p. 119): “Os condenados presentes eram relaxados em carne e os ausentes, que haviam fugido escapando assim às mãos da Inquisição não acudindo à citação por éditos, eram relaxados em estátua ou em efígie”.

<sup>20</sup> Caso em que o culpado estava ausente no estrangeiro ou morto.

nome, seria, ela e os familiares, vítimas da intolerância religiosa de uma sociedade que não os compreendia nem aceitava em suas especificidades [...] (2002, p. 63).

A mulher raramente foi concebida como um personagem ativo na história, principalmente ao se tratar do período colonial e, quando aparece, acaba sendo uma pessoa às margens da história. Dialogando com Gilberto Freyre (1950), a Coroa Portuguesa era sim patriarcal, mas, em meio a tanta pressão religiosa e social, algumas mulheres romperam esse estigma. O trabalho de Luiz Mott (1993) traz um exemplo amparado nas fontes inquisitoriais acerca de Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz, o qual veio do continente africano para o Rio de Janeiro, era negra escravizada, que sabia ler e escrever.

Ao debruçar-nos sobre as fontes de Novinsky e suas obras, nota-se como as fontes inquisitoriais são um dos poucos tipos de documentos que nos proporcionam perceber a voz feminina, mesmo que seja distorcida pelo Santo Ofício ou documentos oficiais da Coroa. Conforme Ginzburg (1989), o desequilíbrio entre réu e inquisidor se projeta pela forma como o processo é conduzido, uma vez que as confissões dos réus eram transformadas pela voz do Inquisidor. Dessa forma, os documentos trazem indícios do universo mental em que essas cristãs-novas estavam inseridas e da consciência dos sujeitos.

O livro, *a Inquisição Contra as Mulheres*, fruto da tese de doutorado de Lina Gorenstein (2005), é um estudo de grande relevância para a historiografia brasileira. A autora foi orientada por Anita Novinsky e fazia parte do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância. Ela analisa, portanto, 61 processos referentes à cristãs-novas nascidas ou residentes no Rio de Janeiro, as quais foram incriminadas por praticar o judaísmo no século XVIII. No livro, a autora considera “os grupos familiares de cristãos-novos estavam ligados entre si através de casamentos e também através de negócios” (GORENSTEIN, 2005, p. 91), uma vez que a endogamia era “comum à elite colonial”(GORENSTEIN, 2005, p. 266).

Já na produção historiográfica mais recente, pode ser destacado o trabalho de Angelo Faria de Assis com o trabalho intitulado *Macabeias da Colônia: criptojudasmo feminino na Bahia* (2012). O autor analisa o caso que envolveu a família Antunes. Eles possuíam muito prestígio e uma posição na sociedade almejada por qualquer cristão-velho. Estava entre as famílias com as melhores terras, porém eram cristãos-novos. Era essa a família a quem Ana Rodrigues pertencia, era esposa de Heitor Nunes e tornou-se responsável pela direção das celebrações religiosas de cunho judaico após a morte do marido, o que certamente resultou na sua denúncia ao Santo Ofício. Assis verifica que:

fortes responsáveis pela sobrevivência do judaísmo na família e vítimas do comentário e escárnio geral por seu comportamento apontado como herético, as Macabeias encontrariam seguidoras e cúmplices fora dos limites da família e da capitania – outras *rabis*, igualmente responsáveis pela manutenção, prática e divulgação da religião de Israel em ambiente hostil –, verdadeiras mártires e símbolos da resistência judaica na luso-América (2012, p. 279).

Portanto, pode-se afirmar a partir do elucidado que a presença feminina na colônia foi um importante agente de manutenção cultural. A resistência existia perante as atitudes e as crenças, bem como as práticas religiosas que eram ressignificadas e reinterpretadas conforme as circunstâncias, bem como ocultadas. Essas práticas se inseriam na vida cotidiana dos sujeitos e tomavam o local privado, ou seja, o lar. Isso explica a afirmação de Assis de que o criptojudaísmo possível foi, em grande parte, um criptojudaísmo feminino, só praticável por conta do sacrifício destas mulheres, verdadeiras ‘rabinas’ num mundo que lhes negava a existência” (2011, p. 24).

Por isso Novinsky afirma que “as mulheres eram vistas pelos Inquisidores como as hereges mais perigosas” (NOVINSKY, 1992, p. 8), pois possuíam essa tenacidade e perseverança na manutenção da fé antiga. Algumas características encontradas pela autora e relatada nas obras, é a de que a condição feminina na colônia era baseada pelo judaísmo tradicional, sendo a família considerada a menor unidade social onde as heranças culturais e religiosas eram transmitidas. O casamento foi uma instituição que sofreu muito com a diáspora, pois teve inúmeras variações ao ter interações com múltiplas civilizações, culturas e sociedades e, mais de 3500 anos de história, tendo criado uma diversidade imensa de costumes matrimoniais.

Depois do exílio da Babilônia e a conquista romana, a família judia adquiriu um novo sentido. Não tendo mais pátria, a família era o elemento social básico, onde esta foi colocada sob a vigilância direta de Deus (NOVINSKY, 1995, p. 4). Após o retorno do exílio, os profetas exaltaram mais os lares do que os templos (BARON, 1958, p. 125). O papel da mulher cristã-nova no Brasil, após tanto sincretismo, se deu principalmente na prática secreta do *shabat*, quando os membros da família se uniam para uma refeição em conjunto, com velas acesas e preces pronunciada sempre pela mulher. (NOVINSKY, 1995, p. 5).

Enquanto a História é a reconstrução do que não é mais, a memória é um fenômeno atual. A memória é afetiva e mágica e se apropria de detalhes que a confortam, já a história conhece o fato, o prático (NORA, 1993). Ser cristã-nova nesse contexto histórico significava lembrar-se de lembrar. Foi transmitindo essa memória desde o seio familiar até os maiores atos de resistência que permitiu que o judaísmo não desaparecesse no Brasil, apesar das constantes perseguições e do medo. Durante três séculos a identidade judaica foi transmitida também pela

mulher e pela memória histórico, enquanto a memória histórica reproduz as narrativas, mesmo que já mesclada com as simbologias cristãs, a identidade se manteve.

Em síntese, Anita Novinsky, em sua obra desenha a identidade das mulheres estudando as relações do cotidiano e da vida privada, elas eram judias que viveram nos séculos XVI ao XIX; saíram do seu lugar social comum à época, mulheres comuns, nem feministas e nem heroínas, mas, à frente de seu tempo tiveram limitações que eram comuns às mulheres naquele tempo; as representações construídas pela autora trazem a concepção de que as mulheres são agentes históricos. Ao representá-las em seus livros, Novinsky transforma a própria estrutura de como a História é escrita universalmente, e ela preenche lacunas sugerindo outras leituras possíveis dentro da historiografia, como por exemplo a análise das práticas sociais, como sugere Robert Darnton “se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico” (DARNTON, 1986, p. 04.) ou a prática metodológica de analisar a partir do campo da subjetividade, que possibilita compreender o *outro* dentro das suas múltiplas realidades.

As mulheres representadas na série de livros *Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos Novos no Brasil – séc. XVIII* (1978), *Inquisição – Rol dos Culpados* (1992), *Inquisição – Prisioneiros do Brasil (XVI-XIX)* (2002), e *Gabinete de Investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes* (2007) são personagens que deixaram memórias para o tempo presente, que definem seu cotidiano, ilustrando a sociabilidade de uma época; viveram relações urbanas em estruturas sociais complexas, uma realidade limitada, mas Anita Novinsky demonstra a dinâmica social do papel social destas mulheres como sujeito histórico na marginalidade de uma sociedade.

## CONCLUSÃO

O que se torna importante na escrita da História são as formas de narrativas aplicadas, considerando a forma como as narrativas representam os eventos contidos nelas. O historiador, ao realizar uma análise historiográfica, faz uma pesquisa, ou seja, a investigação histórica, fazendo uma teia de conhecimento sobre o passado o qual ele irá se remeter ao escrever.

Portanto, o historiador irá construir sua explicação sobre o assunto escolhido de forma que seja compreendida pelos seus leitores. Ele pode ser comparado a um contador de histórias, uma vez que, na maioria das vezes, seguirá uma ordem cronológica e conectará logicamente os fatos. Como diria Umberto Eco, a “intenção da obra” (*intentio operis*) é o que caracteriza a narrativa histórica, pois ela nada mais é que uma construção persuasiva, uma vez que as estratégias utilizadas pelas autoras e autores é construir um conteúdo que, de forma específica, chega ao final transmitindo as intenções ao leitor. Já para Silva,

É na representação, entretanto, que o poder do olhar, o olhar do poder, se materializam; é na representação que o visível se torna dizível. É na representação que a visibilidade entra no domínio da significação. A visibilidade sem a representação realiza apenas a metade do percurso que liga a visão a linguagem: aqui as coisas visíveis são vistas, já, como dependentes do significado, como dependentes de representações anteriores [...] É na representação que se cruzam os diferentes olhares; o olhar de quem representa, de quem tem o poder de representar, o olhar de quem é representado, cuja falta de poder impede que se represente a si mesmo. O olhar como uma relação social sobrevive na representação. O olhar é, nesse sentido, não apenas anterior à representação: ele é também seu contemporâneo (SILVA, 2002, p. 12).

Esse “olhar” dentro das obras de Anita Novinsky, que aborda a temática cristão-novo, se depara com o problema da presente pesquisa: qual é a construção de identidades das mulheres cristãs-novas nas narrativas da autora. A identidade judaica é uma questão complexa, uma vez que as categorias de análise convencionais como religião, nacionalidade e grupo étnico enfrentam problemas, pois apesar da religião ter sido um componente importante, é inadequado historicamente descrever os judeus como somente um grupo religioso (GORENSTEIN, 2005, p. 394). E essa dificuldade em descrever se encontra com a dificuldade em descrever, também, a identidade dessas mulheres.

Identificou-se que, na narrativa de Novinsky, a identidade foi dividida em dois níveis de análise: primeiramente a parte social e, após, a individual. A identidade das cristãs-novas foi construída na narrativa da autora enquanto uma identidade étnica (BRANDÃO, 1990), a qual abrange um grupo de pessoas que possui em seus membros pessoas que pensam parecida em virtude de alguma ancestralidade em comum, costumes, usos de linguagem ou até mesmo regras de interação social, e é nesse conceito em que se enquadra a identidade dessas mulheres.

Essa forma de escrita foi devido as mudanças historiográficas ocorridas na década de 1980, Anita Novinsky inovou ao documentar e analisar fontes inquisitoriais, principalmente ao dividir em seus livros os processos referentes à homens e a mulheres cristãos-novos. Apesar de não realizar uma análise voltada às mulheres, a autora produziu alguns estudos a partir das fontes trazidas nessas suas obras, como por exemplo seu trabalho exposto em 1994 no Congresso Internacional O Rosto Feminino Da Expansão Portuguesa, denominado *O papel da mulher no cripto-judaísmo português*. Essa trajetória historiográfica de Novinsky objetivou resgatar a memória desses sujeitos representados por ela nos livros enquanto personas ativas do seu tempo.

O contexto histórico das narrativas de Novinsky, diz respeito ao século XVIII, onde o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa perseguiu e condenou diversas cristãs-novas em Portugal e no Brasil. Famílias inteiras foram julgadas como judaizante, principalmente mulheres, a grande maioria sentenciada ao cárcere e hábito penitencial perpétuo. Essas mulheres, como as demais da colônia, viveram e existiram em uma sociedade patriarcal, casando-se com pessoas de seu meio social e apresentavam comportamento endogâmico. Educadas dentro da ideologia do catolicismo, batizadas e obedientes às imposições da Igreja no período, secretamente promoviam a religião judaica dentro de seus lares. As cristãs-novas foram mártires da história judaica, mas isso não porque foram sacrificadas devido à religião, mas sim porque fizeram parte de todo um grupo de pessoas que foram vítimas do antissemitismo no decorrer dos séculos.

A mulher cristã-nova que era judaizante descortina uma realidade de resistência, e até mesmo ousadia, dentro desse período histórico que é narrado nas obras da autora. A perpetuação das manifestações religiosas dentro de seus lares traz evidências das diversas formas de viver no Brasil Colônia sendo judia convertida, pois o cripto-judaísmo era transmitido de forma plural conforme as informações eram recebidas por heranças familiares e dos grupos sociais que faziam parte, ou seja, as mulheres cristãs-novas tiveram papel fundamental da continuação dos costumes.

A relevância dessa proposta de trabalho encontra-se nesse contexto exposto acima, contribuindo para a compreensão da variedade de enfoques que as fontes podem ter para a História. A obra de Anita Novinsky apresenta diferentes realidades e formas específicas de buscar um espaço no mundo além das regras e limites que lhes eram impostos, essas mulheres cristãs-novas souberam enfrentar os impedimentos desse mundo que impunha uma religião que eram obrigadas a aceitar, mas que não as enxerga enquanto iguais.

No Brasil Colônia, essas personagens femininas foram de suma importância para a

sobrevivência da religião, mantendo viva a memória dos seus antepassados e da cultura, mesmo que de forma, oculta, adaptada e extremamente limitada, bem como equivocada dentro dos símbolos e valores do período. A construção da identidade dessas mulheres dentro da historiografia da autora, descortina um caráter de resistência e de força para manter sua fé viva. Fossem ou não judaizantes, elas conseguiram repassar suas memórias e conhecimentos de geração em geração. Realizar esse estudo permite que o olhar da História, hoje, faça perceber que as cristãs-novas escolheram seu lado de combate à intolerância, mesmo que isso não fosse consciente no período, mas lutavam para acreditar no que desejam.



## FONTES

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição:** inventários de bens confiscados a cristãos novos: fontes para a História de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII). Publicado em 1978.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição:** Rol dos culpados. Fontes para a História do Brasil (Século XVIII). Publicado em 1992.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição:** prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX. Publicado em 2009.

NOVINSKY, Anita. **Gabinete de investigação:** uma “caça aos judeus” sem precedentes. Publicado em 2007.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- AQUINO, Ivânia Campigotto et al (Org.). **Língua, literatura, cultura e identidade: entrelaçando conceitos**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.
- ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. Inquisição, religiosidade e transformações culturais: a sinagoga das mulheres e a sobrevivência do judaísmo feminino no Brasil colonial — Nordeste, séculos XVI-XVII. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 1995.
- BOXER, Charles R. O império marítimo português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. P. 7-38.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos**. CEBRAP, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). **Representações: contribuições a um debate transdisciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Em Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. P. 173-202.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- COELHO, Maria Filomena Pinto da Costa. **A “longa Idade Média”**: reflexões e problemas.

Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil. Brasília: PEM-UnB, 2010.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução.** Campinas. SP: Mercado de Letras, 2007.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 225-249.

DARNTON, Robert. **O Grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro. Graal, 1986.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento.** Lisboa: Editora Estampa, v.1, 1984.

FALCON, Francisco José Calazans. História e Representação. **Revista de História das Ideias.** Coimbra, v. 21, p. 87-126, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_21\\_4](https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_4). Acesso em: 13 setembro 2021.

FEITLER, Bruno. **Nas Malhas da Consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste (1640 –1750).** São Paulo: Alameda: Phoebeus, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. P. 203-214.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991.

GORENSTEIN, Lina. **A inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. Tomaz Tadeu da Silva (Orgs.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JOHNSON, Paul. **História dos Judeus.** Rio de Janeiro: Imago, 1989.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Marcas da história social no discurso de um sujeito: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência. **Cad. CEDES**, v. 20, n. 50. p. 41-54, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia: uma Santa Africana no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

NAZARIO, Luiz. **Autos-de-fé como espetáculos de massa**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Cristãos novos na Bahia: a inquisição no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição: inventários de bens confiscados a cristãos novos: fontes para a História de Portugal e do Brasil (Brasil-Século XVIII)**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Livraria Camões, 1976.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição: prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. 2. ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Inquisição: Rol dos culpados. Fontes para a História do Brasil (Século XVIII)**. Editora Expressão e Cultura. Rio de Janeiro, 1992.

NOVINSKY, Anita Waingort. **Viver nos tempos da Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

NOVINSKY, Anita. “O papel da mulher no cripto-judaísmo português”. Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres: o rosto feminino da expansão portuguesa. 1994. Lisboa: **Anais do Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa**. Lisboa: s.e., 1995, p. 550.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

NOVINSKY, Anita. **Gabinete de investigação: uma “caça aos judeus” sem precedentes**. São Paulo: Humanitas, 2007.

NOVINSKY, Anita. **Sionismo político na Renascença Portuguesa (Damião de Góis)**. Portal Rumor à Tolerância : Laboratório de Estudos sobre a Intolerância/LEI. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1984.

OBRA. In: **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=obra>. Acesso em: 13 jul. 2021.

- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**, Pontes, SP, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso. In: RODRIGUES, Suzy Lalazzi; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua(gem) e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- PASCOAL, José Runivaldo Marques. A análise do elemento cristão-novo na historiografia de Sonia Siqueira e Anita Novinsky. In: **II Simpósio Internacional De Estudos Inquisitoriais**, 2013, Salvador. Anais. Salvador: UFRB, 2013. Disponível em: [http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto\\_Jose\\_Runivaldo.pdf](http://www3.ufrb.edu.br/simposioinquisicao/wp-content/uploads/2014/02/2013-Texto_Jose_Runivaldo.pdf). Acesso em: 18 agosto 2021.
- PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. reimp. São Paulo: Contexto, 2007. P. 17-38.
- POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos: História do Antissemitismo II**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes d (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. P. 81-91.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. 3 vols. Campinas: Papyrus, 1994, 1995, 1997 ou São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RÜSEN, Jorn. **Razão histórica. Teoria da história. Fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. Reflexões sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã ocidental. In: NEVES, Abilio Afonso Baeta; GERTZ, René E. (Coord.). **A nova historiografia alemã: Diálogos Brasil - Alemanha nas Ciências Humanas**. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ufrgs/Instituto Goethe, 1987. P. 14-39.
- SCHETINI JÚNIOR, Ademir. Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo. **Epígrafe**, v. 3, n. 3, p. 137-155, 30 out. 2016. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/9743>. Acesso em: 12 fevereiro 2020.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da História:**

novas perspectivas. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992. P. 62-95.

SERNA, Justo; PONS, Anaclét. **La historia cultural**. Madrid: Ediciones Akal, 2005.

SIGNORINI, Inês (Org.). **Lingua (gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Maria Carolina Scudeler. **Inocentes & culpados**: repensando o julgamento inquisitorial. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Doi: <http://10.11606/D.8.2009.tde-22032010-101904>. Acesso em: 3 abril 2020.

SILVA, Tomaz. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **A feitiçaria na Europa Moderna**. São Paulo: Editoria Ática, 1987.

SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2007. P. 17-38.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. 2. ed. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa**: Confissões da Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Intolerância em perspectiva. **Revista USP**, n. 72, p. 190-198, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13581>. Acesso em: 5 agosto 2021.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Pioneira, 1966.